

A TEORIA DO VALOR E A ESCRITA

Recebido em 13/08/2008

Aceito em 02/04/2009

Magali Lopes ENDRUWEIT*

Resumo: Este artigo pretende discutir a exclusão da escrita da reflexão lingüística e a possibilidade de reabilitá-la desvinculando-a da idéia de representação, vendo-a como um sistema. Tal abordagem aproxima a escrita da teoria do valor formulada por Saussure. Significa, sobretudo, abordar a escrita além de seu caráter representacional, procurando compreender as razões de sua exclusão. Para isso, será averiguada a relação dessa exclusão com a fundação da lingüística realizada por Ferdinand de Saussure (1857-1913). O Curso de lingüística Geral (1916) será o cerne dessa investigação por ser a obra em torno da qual a ciência lingüística se estruturou, ao mesmo tempo em que deixa à mostra a possibilidade de reabilitação da escrita. A probabilidade de que a escrita possa ter permanecido de forma latente nas bases da lingüística, sugere averiguar como e onde ela permaneceu.

Palavras-chave: Saussure; lingüística; teoria do valor; escrita

INTRODUÇÃO

Eleger a escrita como objeto de estudo significa estender o olhar para a exclusão. Trata-se de um excluído do centro de interesse da lingüística, mas que sempre margeou seu caminho, pois a escrita como representação foi útil para a ciência. O que foi deixado de lado foi o “estilhaço” de uma escrita enunciativa.

A junção dos “estilhaços” jamais permitiria uma “colagem” total; pode-se tratar de uma totalidade imaginária: de uma ciência, de uma teoria, de um pesquisador, de um sujeito e isso é necessário na medida em que constrói uma idéia de identidade, mas essa unidade somente tem lugar por estar em confronto com o que a excede. E é deste ponto que foi possível construir esta reflexão: a escrita como exclusão.

Para isso, é preciso, antes, acompanhar o movimento de exclusão da escrita feito pela lingüística, conhecer as razões e as raízes de tal concepção, para, a partir daí, procurar encontrar vestígios do que foi excluído como uma presença indelével, teimando em permanecer onde aparentemente foi

* Doutora em estudos da Linguagem pela UFRGS, professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Magali.endrueit@gmail.com

erradicada. Significa que este texto partirá do regular para excedê-lo, significa, ainda, procurar na própria lingüística um lugar para o que a excede.

O ponto de partida será o *Curso de Lingüística Geral* de Ferdinand de Saussure – o livro em torno do qual a lingüística se estruturou, legitimando a exclusão da escrita como sendo a transcrição da oralidade. Justamente a possibilidade de abordar a questão da escrita passa pelo CLG e pela singularidade que acompanhou sua edição. A condição de obra póstuma, “escrita de punho alheio”, não pode ser desconsiderada quando se trata desta publicação sob pena de atribuir a Saussure as marcas dos editores. Na verdade, ambos, autor e editor, inscrevem nesse livro suas visões de ciência. Uma ciência da palavra falada, delegando à fonologia a tarefa de libertar a lingüística da exterioridade pouco confiável atribuída à escrita. Assim, seguindo de perto o capítulo intitulado *Representação da língua pela escrita*, presente na introdução do *Curso*, é possível encontrar as justificativas para a exclusão efetuada pela ciência lingüística em relação à escrita decorrente do processo de representação a que a língua é submetida constantemente.

Alguns indícios serão trazidos para corroborar a suspeita de que a escrita já estava contida no próprio *Curso*, de certa forma enclausurada nas certezas de um pensamento refém das oposições excludentes e dicotomias. Nesse caminho há a possibilidade de buscar um “outro” Saussure menos submetido a um enfrentamento maniqueísta e, portanto, mais sujeito a dúvidas e incertezas. Trata-se do Saussure dos *Escritos*.

Tomada e sua totalidade, a leitura dos *Escritos* (SAUSSURE, org. por BOUQUET; ENGLER, 2004) deixa à mostra a busca do pesquisador pela palavra certa, pela expressão mais precisa, justificando a presença de frases entrecortadas e interrompidas antes de serem concluídas. Por serem anotações, não há neste momento a preocupação com a edição de um livro, com a necessidade de concluir, de apresentar respostas definitivas. E nesse fascinante movimento das idéias de Saussure, em nenhum momento a escrita é combatida.

Há ainda a face mais oculta de Saussure: os *Anagramas*. Talvez a aura de mistério que ronde os *Anagramas* seja devido à possibilidade de exceder o discernível da língua. A busca por encontrar um lugar para o que “sobra” atribuiu as pesquisas anagramáticas ao domínio da literatura, franqueando a existência de um funcionamento estranho ao discernível. Mas independente do modo como entendemos a relação da língua com os anagramas, uma afirmação permanece: a escrita é a via de acesso aos anagramas.

Isso posto, cabe então perguntar por que tratar de escrita se o seu estatuto sempre foi secundário em relação à oralidade? E ainda, qual o conceito de escrita poderia interessar à lingüística como ciência?

Cada questão acima pode ser justificada em função dos pressupostos que mobiliza: a primeira permite reabilitar a escrita, dando-lhe um lugar no quadro dos estatutos lingüísticos e a segunda possibilita desvincular a noção de escrita da idéia de representação da fala – a oralidade – e vê-la como um sistema de relações e de diferenças, decorrente da teoria do valor.

Começamos, então, o percurso pelo *CLG*, procurando em seus desvios os rastros da escrita.

1. A ESCRITA¹ E O *CURSO*: UMA EXCLUSÃO EVIDENTE?

Este homem (Saussure) abrigou um dos mais difíceis problemas possíveis. Ele foi a sede de uma luta entre ordens de pensamento irreduzíveis umas às outras. [...] Para desenvolver uma ciência binária, Saussure precisou subtrair dela o “terceiro termo”. Esta expulsão voluntária da forma trina é, parece-me, tanto a origem quanto a expressão desse drama (DUFOR, 2000, p.120).

A exclusão da escrita foi certamente um dos dramas de Saussure. Talvez tenha sido um movimento “voluntário”, como sugere Dufour ao se referir à “luta entre ordens de pensamento irreduzíveis”, na medida em que a forma binária o levaria (Saussure) à ciência ideal. É possível pensar que não houvesse outro caminho se não “aparentemente” ceder ao modelo de ciência vigente na época, escondendo a amplitude de seu pensamento. E o *Curso* seria a prova dessa luta.

Para trazer à discussão o próprio *Curso* e o tratamento dado à escrita em suas páginas, em um primeiro momento é preciso tratar da constituição da edição do *Curso de lingüística geral*, pois não é desconhecida a singularidade que acompanha essa publicação. Não sem motivo, acrescento.

A publicação do *CLG* resulta das notas compiladas de alguns manuscritos preparados por Saussure provavelmente com a intenção de organizar os Cursos de Lingüística Geral que ministrou de 1907 a 1911; também as anotações dos alunos que freqüentaram os cursos foram usadas na edição. A sistematização do material, no entanto, foi feita por dois discípulos de Saussure que, sem ter freqüentado às aulas somente tiveram acesso às anotações por via indireta. Como apropriadamente perguntam Bally e Sechehaye no prefácio do *Curso: saberá a crítica distinguir entre o mestre e seus discípulos?*

Tudo indica que sim, pois tanto Bally como Sechehaye nunca foram considerados co-autores do *CLG*, apenas figuram como bons discípulos, ou como responsáveis pelas *ambigüidades* e até mesmo pelos *contra-sensos* criados pela compilação das notas dos cursos (BOUQUET, 2000, p.14)²: *quem*

¹ Este texto reúne reflexões e aproveita trechos de ENDRUWEIT, M. L. A escrita em Saussure. *ReVEL – Revista Virtual de Estudos da Linguagem* (ISSN 1678-8931), novembro de 2008.

² Bouquet(2000), em importante obra sobre a fundação da lingüística e o pensamento saussuriano, não se furta de apresentar um julgamento a respeito dos editores. Comprovando a posição do autor, Silveira (2007, p.26) elenca grande número dessas referências para demonstrar o estatuto atribuído aos editores por Bouquet. Vale citar algumas: **Homogeneização artificial** (p.14) [...] **essa infidelidade de Bally e Sechehaye** (p.215) **Os editores impondo uma modelação de sua lavra a esses testemunhos** (p.217) **Bally e Sechehaye merecem ser censurados** (p.266).

pode, neste caso, ser literalmente chamado de autor (não se fala de autor de um curso), senão um personagem imaginário, um Saussure criado por Bally e Sechehaye precisamente como autor da homogeneização discursiva do texto de 1916?

Mas não parece ser uma tarefa fácil separar autoria de idéias. Certamente não é. A esse respeito, Salum, no prefácio à edição brasileira, apresenta os problemas decorrentes da publicação por via indireta:

Entretanto, hoje, não se pode deixar de reconhecer que o *Cours* levanta uma série intérmina de problemas. Porque, no que toca a eles, Saussure – como Sócrates e Jesus – é recebido de “segunda mão”. Conhecemos Sócrates pelo que Xenofonte e Platão escreveram como sendo dele. O primeiro era muito pouco filósofo para entendê-lo, e o segundo, filósofo demais para não ir além dele, ambos distorcendo-o. Jesus nada escreveu senão na areia: seus ensinamentos são os que nos transmitiram os seus discípulos, alguns dos quais não foram testemunhas oculares. Dá-se o mesmo com o *Cours* de Saussure (p.XVI).

Na verdade, esse amalgamar de idéias faz com que o *Curso* seja mais que a reprodução do pensamento saussuriano ou a alteração desse pensamento pelos editores. Significa que existem marcas tanto da edição quanto de Saussure. Ambos, autor e editores, imprimem nessa publicação suas visões de lingüística e de ciência. Entretanto, a palavra final parece ser dos discípulos que reconstituíram o pensamento de Saussure *numa ordem conforme à intenção do autor, mesmo quando semelhante intenção fosse mais adivinhada que manifesta* (BALLY; SECHEHAYE, Prefácio à primeira edição, p.3). O resultado é também anunciado pelos editores no prefácio: temos apenas ecos de um pensamento.

E é assim, entendendo o CLG em toda a sua singularidade, que a leitura a seguir se fará, procurando através desses *ecos discordantes* situar a escrita dentro da reflexão instaurada por essa publicação.

Talvez seja possível ver na própria constituição da lingüística como ciência a possibilidade mesma de um fechamento para a escrita anunciada por Saussure: *língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro; o objeto lingüístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última por si só constitui tal objeto* (CLG, 1991, p.34) [grifo nosso].

A afirmação acima sugere que é preciso ceder à cultura para se fazer ouvir, e assim fez Saussure do *Curso*; portanto, neste item, sempre que seu nome for referido será em relação com o *Curso* apenas, apartado do Saussure dos *Escritos* e dos *Anagramas*.

Seguindo essa tradição, já instituída muito antes do próprio CLG apregoar a *tiranía da letra* sustentando que *a escrita obscurece a visão da língua; não é um traje, mas um disfarce* (1991, p.40), Saussure reproduz uma definição já muito arraigada de escrita cujo cerne baseava-se no modelo de

escritura fonética: a escrita seria o significante do significante primeiro, capaz de representar a voz, cuja primazia situava-se na relação direta e natural com o sentido.

Sob o ponto de vista de Gnerre (1987) a escrita ocupou lugares diametralmente opostos no quadro da lingüística: em alguns momentos foi considerada como elemento interno, em outros, completamente externa aos estudos lingüísticos. A lingüística histórica baseava suas análises em documentos escritos, conseqüentemente, a escrita como pré-requisito para sua própria existência era um elemento interno. Ao ser apartada da investigação por conta do surgimento da dialetologia, a escrita foi considerada externa à pesquisa.

Uma exterioridade aparentada da desconfiança. É possível observar em Saussure *a desconfiança das formas escritas, desconfiança comum aliás a todos os neo-gramáticos e que se explica pelo seu desejo de evitar a confusão prejudicial dos primeiros comparatistas entre grafia e pronúncia* (PAVEL, 1990, p.16). De fato, o momento não era favorável à escrita.

O ponto de partida, portanto, deve-se à delimitação do objeto de estudo. Para Derrida³ (1973), a lingüística se pretende uma ciência da linguagem como sendo da palavra falada. É possível afirmar a existência de um consenso segundo o qual a cientificidade da lingüística é devido ao seu fundamento fonológico:

A fonologia, afirma-se hoje, freqüentemente, comunica sua cientificidade à lingüística que serve, ela mesma, de modelo epistemológico para todas as ciências humanas. Visto que a orientação deliberada e sistematicamente fonológica da lingüística (Troubetzkói, Jakobson, Martinet) realiza uma intenção que foi de início a de Saussure [...] (1973, p.35-36).

Foi, então, tarefa da fonologia libertar a lingüística da palavra escrita (CLG,1991). Lançando mão de mais uma bela metáfora⁴, Saussure compara o caráter artificial da escrita com flutuadores de cortiça usados pelo aprendiz de natação. Quando retirados *os apoios enganosos*, tais aprendizes não sabem o que fazer. O mesmo se dá àqueles que tentam substituir a escrita pelo pensamento, pois precisam *desapegar-se da letra sob pena de perderem o pé*, e apenas o estudo da língua, apartada da escrita, poderá proporcionar esse apoio necessário.

³ A presença de Derrida se deve, em primeiro lugar, ao reconhecimento de que a reflexão sobre a linguagem não é uma tarefa restrita à lingüística; em segundo lugar, pela aceitação de que a tese derridiana da desconstrução do logocentrismo – a crença na soberania da razão – parte de uma discussão sobre o lugar da escrita como representação da linguagem oral – o fonocentrismo –. Importante salientar que a noção de escrita para Derrida compreende e excede a de linguagem.

⁴ Interessante a forte presença de metáforas no CLG. A reflexão de Saussure a esse respeito, intitulada *Chega de figuras*, encontra-se nos *Escritos* (2004) e deixa claro que Saussure tinha consciência do uso que fazia das figuras.

De fato, a imagem dos flutuadores de cortiça remete a uma falsa sensação de segurança, sendo, além disso, dotados de um caráter acessório em relação ao próprio aprendiz de natação. Igualmente a escrita é acessória em relação à oralidade, essa, sim, essencial à língua. Se acessória, é porque sobra, pode, tal qual os flutuadores, ser retirada sem afetar o que realmente faz diferença. Esse é, pois, o próprio conceito de escrita como representação da fala.

O Saussure do *Curso* sustenta essa concepção de escrita, nomeando um capítulo como *Representação da língua pela escrita*. Justifica a necessidade de estudar a escrita para conhecer sua utilidade, seus defeitos e os inconvenientes decorrentes do processo de representação a que a língua é submetida ininterruptamente. Saussure afirma tratar-se de uma escrita *por si estranha ao sistema interno*, impossibilitando as abstrações desse processo. O lugar da escrita é, portanto, o de representar a voz, com toda a carga depreciativa que este lugar lhe reserva: ser a imagem imóvel de um fenômeno vivo, ocupando um espaço que não lhe pertence. Um vicário apenas⁵.

É possível notar o esforço explícito de Saussure em retirar a escrita da reflexão lingüística, aproximando-a unicamente da função representativa da fala. Esforço demasiado, talvez, chegando mesmo a exceder a imparcialidade científica. A intenção é mostrar *o quanto a língua independe da escrita*, e mesmo considerada em relação com a palavra falada, as comparações pertinentes à escrita são depreciativas, atribuindo-lhe um caráter falacioso. Assim,

[...] a palavra escrita se mistura tão intimamente com a palavra falada, da qual é a imagem, que acaba por usurpar-lhe o papel principal; terminamos por dar maior importância à representação do signo vocal do que ao próprio signo. É como se acreditássemos que, para conhecer uma pessoa, melhor fosse contemplar-lhe a fotografia do que o rosto (p.34).

A escrita, nesse sentido, é como uma fotografia, exterior; o rosto é o essencial, o próprio, a fala. A imagem de exterioridade e de dissimulação sustenta a argumentação ao explicar o prestígio da escrita, pois somos “impressionados” pelo caráter de permanência e solidez inerentes à imagem gráfica das palavras. Mas essa permanência é uma exterioridade artificial, uma vestimenta: *a escrita obscurece a visão da língua; não é um traje, mas um disfarce* (p.40). Como dizia Platão, *o mal da escritura vem de fora*.

É bem possível que a primeira reflexão crítica relativa à escrita seja justamente encontrada em *Fedro* de Platão, onde Sócrates põe Fedro a par

⁵ A posição de Mattoso (1986, p.108) ilustra a concepção de escrita como representação: *A escrita é representação visível e durável da linguagem, que, de falada e ouvida, passa a ser escrita e lida. [...] Assim se estabelece numa língua dada a escrita ao lado da fala [...] (A escrita) consiste numa transposição do discurso falado, de que resultam novas condições de funcionamento da linguagem.*

dos perigos que o *logos* escrito representa, como exemplifica o trecho a seguir em que Thoth, descobridor da aritmética e das letras, anuncia suas invenções ao rei Thamous:

[...] quando chegou a vez da invenção da escrita, exclamou Thoth: “Eis, oh Rei, uma arte que tornará os egípcios mais sábios e os ajudará a fortalecer a memória, pois com a escrita descobri o remédio para a memória.
- Oh, Thoth, mestre incomparável, uma coisa é inventar uma arte, outra julgar os benefícios ou prejuízos que dela advirão para os outros! Tu, neste momento e como inventor da escrita, esperas dela, e com entusiasmo, todo o contrário do que ela pode vir a fazer! Ela tornará os homens mais esquecidos, pois que, sabendo escrever, deixarão de exercitar a memória, confiando apenas nas escrituras, e só se lembrarão de um assunto por força de motivos exteriores, por meio de sinais, e não dos assuntos em si mesmos. Por isso, não inventaste um remédio para a memória, mas sim para a lembrança. Quanto à transmissão do ensino, transmites aos teus alunos, não a sabedoria em si mesma, mas apenas uma aparência de sabedoria, pois passarão a receber uma grande soma de informações sem a respectiva educação! Hão de parecer homens de saber, embora não passem de ignorantes em muitas matérias e tornar-se-ão, por conseqüência, sábios imaginários, em vez de sábios verdadeiros!” (PLATÃO, 1994, p.121).

O oferecimento da escrita ao rei como remédio, como *phármakon*, possibilita duas interpretações: a primeira delas toma *phármakon* como um benefício, a segunda, como veneno. E essa ambigüidade é usada para convencer o rei, que, no entanto, não se deixa enganar. A escrita é então considerada como maléfica, pois queria colocar-se no lugar da fala. O fora *obscurece*, pois é apenas *imagem* que escapa à relação natural do sentido ao som: *liame natural, o único verdadeiro, o do som* (CLG, p.35). Note-se que à fala é atribuída uma presença transparente e inocente.

O caráter *natural* do som opõe-se, como se viu, à artificialidade da escrita, assim, *acabamos por esquecer que aprendemos a falar antes de aprender a escrever, e inverte-se a relação natural* (p.35). Trata-se de um rompimento com a natureza, simbolizado pela escrita, capaz de encarnar a inversão das relações naturais. A escrita é, portanto, capaz de enganar. Quando os lingüistas se deixam enredar pela escrita, esquecendo *que a língua tem uma tradição oral independente da escrita*, caem em uma *cilada* da escrita, deixando-se fascinar *pelo prestígio da forma escrita* (p.35). Como se vê, a “armadilha” é o exterior dissimulado na natureza. Talvez por essa razão, Saussure dedique-se a afastar a escrita do quadro da lingüística já no início do CLG, demorando-se em enumerar razões para sustentar sua posição.

Outra causa atribuída ao prestígio da escrita é anunciada da seguinte forma: *na maioria dos indivíduos, as impressões visuais são mais nítidas e mais duradouras que as impressões acústicas* (idem). Essa argumentação

empírica⁶ sustenta-se em pressupostos fisiológicos desmentidos pela ciência, transformando a visão em elemento essencial da escritura. Principalmente, ao considerar o audível como o elemento *natural* em que os signos são recortados, Saussure contradiz sua informação capital segundo a qual *o essencial da língua é estranho ao caráter fônico do signo lingüístico* (p.14)⁷.

Ratificando a afirmação segundo a qual *a língua independe da escrita* (p.34), Saussure demonstra que a fala é afetada e alterada pela escrita, denuncia o mal que esta faz àquela. A força desse mal atinge a primazia da fala e seu caráter de verdade natural através de perturbações de fora, capazes de penetrar o interior dessa natureza. Tais acontecimentos são denominados de *monstruosidades*:

Darmesteter prevê o dia em que se pronunciarão até mesmo as duas letras finais de vingt, verdadeira monstruosidade ortográfica. Essas deformações fônicas pertencem verdadeiramente à língua, apenas não resultam de seu funcionamento natural; são devidas a um fator que lhe é estranho. A lingüística deve pô-las em observação num compartimento especial: são casos teratológicos (p.41).

Grave punição a que a escrita é submetida a ponto de a ela ser reservado *um compartimento especial* para mantê-la à distância⁸. Vê-se que o exterior pode perverter o interior, pois as anomalias não decorrem do funcionamento natural da língua.

Do que se elencou até agora, salta aos olhos o caráter representacional que o CLG impõe à escrita, estendendo a rede de oposições entre interno/externo, imagem/realidade, representação/presença, aparência/essência, responsáveis pela instituição da ciência binária⁹. O caráter *natural* delegado à fala extrapola a oposição à escrita como fato cultural, pois o alcance de tal dicotomia vai além da submissão à binariedade a que se submete a alma humana. A escrita, para além do campo da ciência assentada em uma lógica binária, alcança uma instância vazia de oposições. E o que há para além dessa relação? A possibilidade de a escrita pertencer ao trinitário¹⁰.

Tal raciocínio excludente busca suas raízes no século XVIII quando Rousseau afirmava: *expressam-se os próprios sentimentos ao falar e as próprias idéias quando se escreve* (2003, p.118), reforçando o entendimento de que a

⁶ Argumentação desenvolvida por Derrida (1973).

⁷ Essa afirmação será retomada mais adiante quando for tratada a materialidade do significante.

⁸ Derrida (1973, p.51) se refere a essa separação da escrita como a um *leprosário intralingüístico*.

⁹ Dufour (2000) define *binariedade* como o modo de fazer ciência que substitui as clássicas análises causais.

¹⁰ Por trinitário, Dufour (2000, p.16) entende *um conjunto de três termos, irredutível às relações habituais de dois termos utilizadas pela razão para abrir seus caminhos*.

escrita se prestaria mais ao exercício da razão, enquanto a fala seria a expressão das emoções humanas.

Mas por que a escrita relaciona-se com a razão? Qual a origem dessa exterioridade atribuída à escrita e que lhe confere um caráter tão duvidoso no *Curso*?

Essas são questões importantes, pois permitem clarear as concepções subterrâneas que constituem o CLG, que como todo livro, científico ou não, irá refletir a ciência da época em que foi editado. Para esse percurso, o pensamento de Rousseau será trazido pela relevância de suas idéias cuja influência não cessa de nos atingir. A nós e a Saussure.

1.1. Saussure: herdeiro de Rousseau

Ainda com o objetivo de procurar as razões que favoreceram a exclusão da escrita das pesquisas saussurianas, pontualmente no CLG, o pensamento de Rousseau expresso no *Ensaio sobre a origem das línguas* será seguido, para, a partir dele, identificar as reflexões que lhe sucederam. Nesse momento, o contraponto de Jacques Derrida¹¹ e de Lévi-Strauss será de valia para esclarecer algumas posições derivadas do pensamento de Rousseau.

O mesmo movimento capaz de excluir um elemento atribui a outro um *status* elevado. Se a escrita é perniciosa, a fala é dotada de virtudes. De onde provém esse privilégio metafísico da fala? É possível entrever um discurso clássico sobre a escrita. É possível enxergar, portanto, através da argumentação de Saussure¹² a presença indelével de Rousseau apontando a escrita como a responsável pela ruptura com a natureza pelo pecado original da escrita.

Mas seria o propósito de Saussure reduzir a escrita à categoria de instrumento subordinado à fala? Talvez seja possível atribuir tal concepção à tradição filosófica a que Saussure estava inserido. É essa relação que Derrida se propõe a analisar na *Gramatologia*. Sua busca é situar na filosofia clássica (Aristóteles, Platão, Hegel, Condillac, Rousseau) os modelos que priorizam a fala. No dizer de Derrida, Saussure filia-se a tais concepções clássicas sobre a escrita como uma submissão à exigência de cientificidade necessária para a lingüística.

O pecado é a inversão das relações naturais entre a alma e o corpo. Analogamente, Saussure sustenta a inversão de relações naturais entre a fala e a escrita. Para Derrida (1973, p.42),

Não é uma simples analogia: a escritura, a letra, a inscrição sensível,

¹¹ O pensamento de Derrida será representado, nesse item, pelas seguintes obras: *Gramatologia* (1973), *A escritura e a diferença* (2002), *De que amanhã...*(2004) este último trabalho em parceria com Elisabeth Roudinesco.

¹² Ainda nesse item, a referência a Saussure significa também se referir ao *Curso* com todas as controvérsias vistas no item 1.

sempre foram consideradas pela tradição ocidental como o corpo e a matéria exteriores ao espírito, ao sopro, ao verbo e ao logos.

Somente através da palavra seria possível transmitir o verdadeiro conhecimento, pois é necessária a presença de quem fala e de quem escuta no momento mesmo em que a conversa se dá. Por esse ângulo, a presença física seria a garantia de verdade, e estar ausente, fazendo-se representar através da escrita, em nada garantiria o comprometimento do autor.

Rousseau em *Ensaio sobre a origem das línguas* já apontava os efeitos negativos da escrita sobre a fala, afirmando que as línguas foram feitas para serem faladas, e a escrita é apenas a representação da fala. Assim, *para os gramáticos, a arte da palavra quase se limita à arte da escrita, como se pode ver pelo uso que fazem dos acentos, muitos dos quais permitem alguma distinção ou desfazem algum equívoco para os olhos, mas não para os ouvidos* (2003, p.31). Portanto, estar surdo às diferenças da voz significa estar cego às alterações de sentido. Crítica semelhante a essa é feita por Saussure ao se referir às armadilhas da escrita a que os lingüistas sucumbem.

A aproximação entre Saussure e Rousseau sugere, então, uma pequena digressão com o intuito de trazer à tona alguns pontos do raciocínio rousseauísta para ali situar o nascimento da argumentação saussuriana.

Rousseau¹³, precursor do Romantismo, refuta a razão. A corrupção que permeia a sociedade pode ser corrigida se a razão ouvir o coração, o sentimento, colocando em prática as virtudes do homem em estado de natureza. A razão em segundo plano deixa em relevo o modelo ideal do homem em estado de natureza, pois o sentimento é prioritário em relação à razão¹⁴.

Sobre a relação entre razão e sentimento, Marilena Chauí, em apresentação da obra de Rousseau, comenta:

Rousseau desloca, assim, duplamente o centro de gravidade da reflexão filosófica. Em primeiro lugar, não é razão mas o sentimento o verdadeiro instrumento do conhecimento; em segundo lugar, não é o mundo exterior o objeto a ser visto mas o mundo humano. Ambos os aspectos vinculam-se intimamente e implicam a passagem da atitude teórica para o plano da valorização moral (1997, p.15).

¹³ Para Russell (1968), a rejeição da razão a favor do coração não foi um progresso, pois deu lugar a um ilogismo sentimental que prescinde de argumentação; não pode ser refutado na medida em que não se propõe a provar os seus pontos de vista. Na atualidade, Isaiah Berlin (2005) entende que o romantismo foi o movimento mais importante da história cultural por ter colocado em cheque uma tradição milenar, baseada na proposição socrática, de que virtude é conhecimento. Para o autor, o legado do romantismo é o liberalismo, a tolerância e a aceitação das imperfeições da vida.

¹⁴ É possível notar que em todos os campos em que Rousseau se expressa desde a antropologia filosófica até o romance, a música, a educação e a política, o sentimento tem primazia sobre a razão.

Ao evoluir para o estado de raciocínio, de vida social, o homem engendra todas as formas de maldade, perversão e opressão. Somente há pureza no domínio da natureza; o que está fora dela ou provém de fora é pernicioso. A angústia de Rousseau é, assim, decorrente de um perigo extrínseco. E é de fora que vem a escrita. E será contra ela que Rousseau irá se lançar decididamente. Diz Derrida:

Ora, no interior desta época da metafísica, entre Descartes e Hegel, Rousseau é, sem dúvida, o único ou o primeiro a fazer um tema e um sistema de redução da escritura, tal como era profundamente implicada por toda a época. [...] O que ele excluía mais violentamente do que qualquer outro devia, bem entendido, fasciná-lo e atormentá-lo mais do que a qualquer outro (1973, p.123).

A relação entre a escrita e a razão faz com que Rousseau condene a primeira como a responsável pela destruição da presença e como uma doença da fala; a segunda é relacionada com a técnica, não sendo, portanto, origem da linguagem: o homem *não começou por raciocinar mas por sentir* (2003, p.105). Em outras palavras, a razão é função relativa à necessidade, e a linguagem nasce da imaginação, do sentimento, da paixão. Rousseau discorda da idéia segundo a qual as palavras foram inventadas para expressar as necessidades, pois a tentativa de satisfazer as necessidades resultou em um afastamento entre os homens, não em uma aproximação. Por outro lado, as paixões aproximam os homens, pois,

não foi a fome nem a sede mas o amor, o ódio, a piedade, a cólera que lhes arrancaram as primeiras vozes. Os frutos não fogem de nossas mãos, deles é possível alimentar-se sem falar; persegue-se em silêncio a presa que se quer comer: porém, para comover um jovem coração, para repelir um agressor injusto, a natureza dita acentos, gritos, lamentos (p.106).

A animalidade está ligada à necessidade, ao gesto, à razão; já a humanidade é a paixão, a imaginação, a liberdade, a fala. *E a voz sempre se dá como melhor expressão da liberdade* (DERRIDA, 1973, p.204). O *Ensaio sobre a origem das línguas* deixa clara a oposição entre a voz e escrita: esta como ausência e servidão; aquela como presença e liberdade. As últimas palavras do *Ensaio* assim atestam: *Ora, digo que toda língua com a qual não podemos ser entendidos pelo povo reunido é uma língua servil; é impossível que o povo se mantenha livre e que fale essa língua* (p.178). Mas que sociedade é essa em que todos podem estar ao alcance da voz? É o lugar da inocência natural, onde a escrita entraria para destruir essa harmonia.

Bento Prado Jr. (2003, p.19), na apresentação do *Ensaio sobre a origem das línguas*, ao comentar o estatuto da escrita, pensa ser possível entendê-la como nascida de um descaminho, tendo, por isso, uma vocação suicida: *as palavras se inscrevem sobre o papel apenas para melhor mostrar, ao apagar-*

se, o rosto do homem atrás daquele do Autor. Mas também a linguagem para Rousseau é exterioridade por não ser a primeira expressão do homem; ela expressa o que já foi representado na intimidade do corpo, *lá onde se entrelaçam o desejo e a percepção* (p.23).

No capítulo V, intitulado *Da escrita*, Rousseau afirma que

a arte de escrever não decorre da arte de falar. Decorre de necessidades de outra natureza que nascem mais cedo ou mais tarde, segundo circunstâncias totalmente independentes da duração dos povos e que poderia nunca ter acontecido em nações muito antigas (2003, p.115).

Diferentemente da fala, que está presente em todas as sociedades humanas (AUROUX, 1998), a escrita somente está em algumas delas. Quando uma comunidade ágrafa toma contato com a escrita, surgem, concomitantemente, novas formas de poder a ela atrelados. Essa foi a reflexão de Lévi-Strauss.

É possível pensar que Lévi-Strauss tenha sido um dos primeiros estudiosos a refletir sobre a relação da escrita com o poder decorrente de seu domínio. Um episódio de *Tristes Trópicos* (2004) demonstra a primeira experiência de uma tribo indígena com a escrita sem que esta tenha alguma função além de manifestar o poder. Trata-se de *Lição de escrita*.

O episódio narra o primeiro contato da tribo Nambiquara com a escrita. O etnólogo distribui entre os índios lápis e papel, instrumentos usados por ele mesmo e que lhe conferem uma certa distinção entre eles. Apenas o chefe da tribo fará uso do papel sobre o qual traça linhas sinuosas, fingindo escrever, em uma tentativa de imitar os movimentos da escrita, reproduzindo o prestígio que dela provém. Dessa forma, a relação que se estabelece entre os índios após o contato com a escrita é uma relação de poder.

No momento em que a escrita surge entre os índios, Lévi-Strauss faz os seguintes apontamentos:

Seu símbolo fora imitado, ao passo que sua realidade continuava a ser desconhecida. E isso, com vistas a uma finalidade mais sociológica do que intelectual. Não se tratava de conhecer, reter ou compreender, mas de aumentar o prestígio e a autoridade de um indivíduo – ou de uma função – às custas de outrem (p.281).

Bons, sem saber escrever; expostos ao mal, a partir da intrusão da escrita vinda de fora¹⁵: *a escrita e a perfídia penetravam de mãos dadas entre eles* (p.284).

De comum entre Rousseau, Saussure e Lévi-Strauss está a escrita, ou melhor, a exterioridade da escrita. Por motivos políticos, científicos ou

¹⁵ Interessante a análise feita por Derrida (1973, p.150): *lição num duplo sentido e o título é belo por mantê-lo reunido. Lição de escritura, pois é de escritura ensinada que se trata.*

antropológicos, os três irmanam-se quanto ao caráter suplementar da escrita; quanto aos dois últimos é possível pensar em herança: ambos são tributários de Rousseau.

Mas o que significa atribuir a alguém o compromisso de ser legatário de uma epistemologia que o precedeu? Uma resposta superficial contemplaria apenas a fidelidade decorrente dessa noção, medida apenas na capacidade de continuar estritamente dentro do quadro inicial a que se filiou.

Uma outra forma de pensar a questão pode ser tomada de Roudinesco (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p.11),

Quanto a mim, pretendia-me fiel, mas não dogmática. [...] Daí a idéia de que a melhor maneira de ser fiel a uma herança é ser-lhe infiel, isto é, não recebê-la à letra, como uma totalidade, mas antes surpreender suas falhas, captar seu “momento dogmático”: “sinto-me herdeiro, fiel na medida do possível” [...].

Há, portanto, no herdeiro uma certa contradição. É preciso reafirmar o que vem antes dele, o que recebeu sem escolher, mas mesmo assim comportar-se como alguém livre. Reafirmar significa não apenas aceitar essa herança, mas refazê-la para mantê-la viva. A herança *obriga-o a receber o que é maior, mais antigo, mais poderoso e mais duradouro que ele. Mas a mesma finitude obriga a escolher, a sacrificar, a excluir, a deixar de lado* (op. cit., p.14).

Essa foi a herança reconhecida de Saussure, manifestada na aparente filiação às idéias vigentes, mas que não abafou a rebeldia do pesquisador independente. Submissão e rebeldia apartaram o espírito saussuriano, cindindo os caminhos de pesquisa, característica que o acompanhou para sempre, transformando-o em uma figura enigmática, sujeita a muitas denominações: o Saussure do dia e o Saussure da noite, fazendo referência ao CLG e aos Anagramas (GADET; PÉCHEUX, 1984). De resto, a observação de Lopes (1997, p.15) a esse respeito sintetiza a grandeza de Saussure:

Como todos os fundadores acima da bitola normal, Saussure tem um rosto de Jano, com uma face voltada para o passado e outra para o futuro. É, pelo menos, com esse semblante que ele redige a sua *Mémoire*, que, sendo o maior livro jamais produzido pela escola dos neogramáticos, é, ao mesmo tempo, a obra que joga a última pá de cal na sepultura deles. É assim que ele perfila a tradição da sua ciência: retomando-a não para fazê-la estacar no que já estava feito, mas, ao contrário, para, através do procedimento de *soma e transporta* de todos os balanços, refazê-la, engrossando-a no seu *cursus*, a fim de que ela pudesse continuar, rejuvenescida.

Pois bem, do que foi dito é importante retomar que a escrita é colocada como ameaça à legitimidade científica da lingüística por um motivo central: **a exterioridade representada pelo seu caráter material**. Desse fato decorre

a utilização da escrita como suplemento, como recurso artificial a que se lança mão quando não se pode usar o meio natural que é a voz. Essa dissimulação pretende tornar presente a fala quando ela está ausente. Uma presença-ausência.

E a lingüística, ao excluir essa presença-ausência para além do discernível da língua, constitui-se expulsando a escrita para as *trevas da linguagem*, no dizer de Derrida. Por tudo isso, é fácil concluir, apressadamente, por certo, não haver lugar para a escrita na lingüística inaugurada por Saussure. Felizmente, pensar assim é um engano.

Partindo, então, desse engano, o item seguinte se deterá em uma leitura do *Curso* preocupada em procurar “além das aparências” o lugar da escrita através das possíveis contradições do pensamento expresso na edição do CLG. Não é demais lembrar que se trata da escrita como representante de um saber positivo, possibilidade de toda a ciência.

Também os *Escritos* e os *Anagramas* serão objeto de reflexão nessa busca, tomados, evidentemente, como representativos de um outro momento na obra saussuriana.

2. A infidelidade de Saussure

Gostaria de retomar uma citação de Gadet & Pêcheux (1984) evocada no final do item anterior e presente no título acima, pois ela permite pensar a obra saussuriana e sua relação com a escrita sob um outro ponto de vista:

Ségun nosotros, el saussurismo no se divide de esa manera: lo que irrumpe así en la lingüística (y que se queda ahí parcialmente atrapado) tiene que ver precisamente con la relación entre lo diurno y lo nocturno, entre la ciencia y la poesía (incluso la locura). Lo cual no se concibe sino tomando las dos caras de la obra saussuriana bajo la perspectiva dominante del concepto de valor (p.56).

A possibilidade da existência desse outro Saussure, *o noturno*, franqueia o surgimento de incertezas e impasses. Afinal, é o próprio Saussure quem desabafa suas dúvidas em carta a L. Gautier, quanto às dificuldades com os cursos que ministraria:

Vejo-me diante de um dilema: ou expor o assunto em toda a sua complexidade e confessar todas as minhas dúvidas, o que não pode convir para um curso que deve ser matéria de exame, ou fazer algo simplificado, melhor adaptado a um auditório de estudantes que não são lingüistas. Mas a cada passo me vejo retido por escrúpulos. (SAUSSURE apud SALUM em *Prefácio à Edição Brasileira*, CLG, 1991, p.XVIII)

A confissão de dúvida deixa marcas no *Curso* e atraem para Saussure as mais variadas críticas. Entre elas a queixa da impossibilidade de encontrar

o “verdadeiro Saussure” e descortinar seu pensamento original. Mas como será isso possível? Além da impossibilidade de encontrar essa autenticidade está a necessidade de continuar a procura, pois a resposta encontra-se no próprio texto quando submetido a uma exegese renovada, de tal modo que as aparentes falhas e contradições possam ser entendidas como um enigma a ser desvendado, como algo que interroga o leitor.

Referindo-se à fundação da lingüística por Saussure via CLG, Silveira (2007, p.34) propõe entender a edição como um enigma:

O enigma se diferencia da dificuldade porque essa é causada por uma falta que pode ser suprida. Falta informação ao leitor para ler esse texto ou falta clareza ao autor para que o leitor compreenda o texto. No caso do enigma pode haver dificuldade, mas ela se refere à posição do sujeito. Em geral, a resposta está no próprio texto e à vista.

A partir das marcas e das fissuras que o CLG expõe será possível perseguir a presença da escrita dentro da própria lingüística saussuriana, e redimensionar seu lugar na ciência lingüística. Para isso, recuperarei, então, alguns pontos importantes até o momento: a) na língua, há regularização, b) a exclusão da escrita relaciona-se com outra exclusão, a do sujeito, e, além disso, c) tal materialidade está ligada à exterioridade, ameaçando a cientificidade da lingüística, filiando o CLG ao pensamento filosófico clássico.

Considerando esses três pontos será importante retomar a leitura do *Curso* para examinar a possibilidade de reabilitar a escrita pelo caminho do próprio CLG, apenas procurando nos desvios as pistas dos enigmas saussurianos, pois para além das aparências há sempre a presença do excluído forçando a passagem, legitimando o resto das próprias refutações como *traços duráveis das utopias refutadas* (BOUQUET, 2000, p.17). A própria delimitação do Um traz à revelia vestígios dessa separação, *uma fala sem princípio consonântico, isto é, segundo Rousseau, uma fala ao abrigo de toda escritura, não seria uma fala: ela se manteria no limite fictício do grito inarticulado e puramente natural* (DERRIDA, 1973, p.385). Não há, pois, como pensar a fala sem pensar a escrita, da mesma forma como não é possível pensar o Um sem o não-Um: as antinomias se opõem e na mesma medida se completam. O *Curso* também traz, ainda que de uma forma subterrânea, a possibilidade de retorno da escrita já no próprio pensamento saussuriano.

Da singular posição de Saussure é possível, então, como diz Dufour (2000, p.120) *compreender e interpretar as duas faces ora conhecidas do personagem: seus lados “Jeckyll” e “Hyde”*.

2.1. A escrita no *curso* e a Teoria do Valor

Retomando o item anterior quanto à presença da escrita como representação da fala, gostaria de citar a observação de Salum no prefácio do *Curso* (p.XXII):

[...] o famoso livro de Saussure, que ele não escreveu, poderá ter também o seu interesse pedagógico: será uma fotografia fiel de como é apreendido diversamente aquilo que é transmitido via oral.

Além dos problemas decorrentes de uma publicação póstuma soma-se o complicador da infidelidade “própria da escrita”. Estranhos desígnios do CLG: tornar-se prova material de tal descaminho. No entanto, não é possível esquecer que essa apreensão deve ser deslocada em direção àquele que ouve, extrapolando a capacidade de uma escrita como capaz de se dar “à revelia”, como movimento autônomo, subjugada pela “mão do acaso”.

Também por isso, o *Curso* precisa ser lido além da aparência judiciosa, e embora seja sabido que sua edição sempre suscitou discussões em torno das idéias apresentadas, em relação a sua autoria e, principalmente, quanto aos conceitos expressos, as palavras de Lopes (1997, p.46) recolocam a questão nos seguintes termos:

Certamente, um livro de ciência não vale pelo que ele fixa, mas pelo que ele põe em movimento; não pelo que ele colhe, mas pelo que semeia. Sabemos todos bem que o futuro é caprichoso e se compraz em entortar hoje o que ontem pareceu correto e em endireitar amanhã o que hoje nossa miopia entorta.

Esse foi o destino do *Curso*, semear uma epistemologia para o futuro ao mesmo tempo em que instaurava as bases de uma ciência. A importância do CLG encontra eco no pensamento saussuriano extensivo a outras pesquisas, tanto é assim que sob a etiqueta “lingüística geral” é possível distinguir três campos do saber (BOUQUET; ENGLER, 2004): uma epistemologia, uma filosofia da linguagem e uma epistemologia programática¹⁶. É esse último campo do pensamento saussuriano que Bally e Sechehaye acabam por divulgar com a edição do *Curso*, fixando o nome de Saussure unicamente a uma epistemologia. Assim restritas, as reflexões saussurianas acabam por encerrar-se em certezas que precisam ser relativizadas dentro da totalidade de um pensamento.

Considerando o que foi dito, o primeiro movimento na tentativa de “reabilitar” a escrita através de uma releitura do CLG será em direção ao capítulo IV da segunda parte: *o valor lingüístico*. O capítulo organiza-se da seguinte forma: a primeira parte apresenta a teoria da língua enquanto sistema; a segunda traz o aspecto conceitual, ou seja, o significado; a terceira discute o aspecto material, isto é, significante e, a quarta, o signo em sua totalidade.

Nesse capítulo, o *Curso* aborda questões cruciais em relação à ordem própria da língua, tocando diretamente na constituição do signo, assunto já

¹⁶ Lopes (1997) sugere a existência de quatro Saussures diferentes: um comparatista, um geralista, um estruturalista e um semiolingüista. Segundo o autor, o CLG é fruto do geralista, que começa a desenhar-se três anos após a morte de Saussure, quando Bally e Sechehaye editam o *Curso*.

tratado nos capítulos I e II da primeira parte, conforme a seguinte constatação: *estas considerações fazem compreender melhor o que foi dito à p.81 sobre o arbitrário do signo* (CLG, p.132). Tal observação dos editores demonstra a preocupação com a totalidade da obra, procurando retomar conceitos que já figuraram em outra parte do texto e que pela complexidade ainda carecem de reflexão. Conceitos denominados por Gadet e Pêcheux (1984) como uma novidade de Saussure na teoria do valor. Para eles, propor a existência do valor significa conceber a língua movimentada por um ausente, como a própria materialidade da língua, ou seja, a negatividade.

Portanto, esse é um capítulo central no CLG ainda que trate de questões de difícil compreensão¹⁷. Nas palavras de Normand (2000, p.68) *Les trois chapitres (II, III, IV de la 2^e partie) qui développent le terme valeur sont en effet d'une grande complexité sous la lisibilité apparente*¹⁸.

É, pois, acreditando na possibilidade de que *uma grande complexidade sob uma legibilidade aparente* possa ser de valia para as questões referentes à escrita, interesse desta reflexão, proponho seguir passo a passo as noções desenvolvidas no item 3: *O valor lingüístico considerado em seu aspecto material*.

O item inicia pelo caráter diferencial da propriedade do signo em seu aspecto conceitual, assim resumido:

[...] uma palavra pode ser trocada por algo dessemelhante: uma idéia; além disso, pode ser comparada com algo da mesma natureza: uma outra palavra. Seu valor não estará então fixado, enquanto nos limitarmos a comprovar que pode ser “trocada” por este ou aquele conceito, isto é, que tem esta ou aquela significação; falta ainda compará-la com os valores semelhantes, com as palavras que se lhe podem opor. Seu conteúdo só é verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dela. Fazendo parte de um sistema, está revestida não só de uma significação como também, e sobretudo, de um valor, e isso é coisa muito diferente (CLG, p.134).

Quanto à parte material da língua, o funcionamento é idêntico ao que rege o conceito diferencial no seu aspecto conceitual. Assim:

Se a parte conceitual do valor é constituída unicamente por relações e diferenças com os outros termos da língua, pode-se dizer o mesmo de sua parte material. O que importa na palavra não é o som em si, mas as diferenças fônicas que permitem distinguir essa palavra de todas as outras, pois são elas que levam a significação (CLG, p. 137).

¹⁷ Silveira (2007) observa que em relação a esse capítulo, vários autores reconhecem a *difficuldade* em sua leitura. Cita De Mauro (1986), Normand (2000). Em nota de rodapé, cita Rodrigues (1975).

¹⁸ Os três capítulos (II, III, IV da segunda parte) que tratam do termo valor são de grande complexidade sob a aparência de legibilidade (tradução de Luciana Cavalheiro).

Portanto, um significante sem substância e que apenas adquire valor na relação que mantém no sistema lingüístico, nada tem de material. Desse modo, não é o som o responsável pela delimitação do significante, mas sim as diferenças fônicas que estão inscritas na língua. *Se o que importa na palavra não é o som em si*, é possível acrescentar que “o que importa na palavra não é a letra em si”. Tanto na fala como na escrita o que importa é a relação, visto que o valor na língua independe de uma exterioridade além da própria língua, e a significação decorre da relação de negatividade responsável por afastar qualquer positividade da língua.

O resultado dessa relação é denominado pelo *Curso* como *arbitrário e diferencial*, entendidas como qualidades *correlativas*. O exemplo do que pode ser percebido em relação aos signos *a* e *b incapazes de chegar, como tais, até as regiões da consciência – a qual não pode perceber perpetuamente mais que a diferença a/b* (p.137), demonstra que o valor é uma noção alcançada pela pura diferença: *esses signos atuam, pois, não por seu valor intrínseco, mas por sua posição relativa* (idem). Contudo, o que impede que tal característica seja estendida à escrita? Não é também a possibilidade da correlação entre a arbitrariedade, no sentido saussuriano, e a diferença que possibilitam a existência da significação?

Um único entrave poderia se apresentar: a escrita ser elemento secundário em relação ao som, este sim fazendo parte do sistema da língua. Mas a esse respeito o CLG esclarece:

Ademais, é impossível que o som, elemento material, pertença por si à língua. Ele não é, para ela, mais do que uma coisa secundária, matéria que põe em jogo. Todos os valores convencionais apresentam esse caráter de não se confundir com o elemento tangível que lhes serve de suporte (CLG, p.137).

Para esclarecer as noções acima expostas, o *Curso* apresenta uma comparação entre o significante e a moeda em um sistema econômico, concluindo que não é o metal de que é feita a moeda que fixa o seu valor, mas a rede de relações que se estabelece dentro do sistema. Essa mesma característica se aplica ao significante. Assim, de um lado, o valor convencional, imaterial e o próprio significante; de outro, os elementos tangíveis – o metal da moeda, por exemplo – material de suporte, o som. Portanto, o valor que é constituído unicamente a partir das relações do sistema é também o responsável por estabelecê-las: *esse princípio é tão essencial que se aplica a todos os elementos da língua, inclusive os fonemas* (p.138).

Se tal princípio *se aplica a todos os elementos da língua*, evidentemente a escrita deve estar aí incluída e, por conseguinte, também se organiza por uma rede de oposições imateriais. E mais: *se os fonemas são, antes de tudo, entidades opositivas, relativas e negativas* (p.138), é possível dizer o mesmo

dos grafemas¹⁹. Prova disso é a liberdade de que podemos fazer uso no momento de escrever, pois, o grafema *a*, por exemplo, pode ser realizado por diversos alografes²⁰: *A*, *a*, **a**, etc. sem com isso alterar a identidade da letra em questão: como registra o CLG, *contanto que os sons continuem sendo distintos uns dos outros* (p.138). Significa que tanto o som quanto a letra fundam-se no caráter diferencial decorrente da relação dada no próprio sistema, sendo, por isso, iguais nesse momento.

Então já é possível aceitar que a escrita também possui um sistema de relações que lhe é próprio. O *Curso* (p.138) demonstra essa aceitação:

Como se comprova existir idêntico estado de coisas nesse **outro sistema de signos que é a escrita**, nós o tomaremos como termo de comparação para esclarecer toda a questão [grifo nosso].

Pode-se concluir então que há um lugar para a escrita entre os outros sistemas de signos. Nesse momento será necessário recorrer ao capítulo III, item 3 da Introdução do CLG para trazer a questão suscitada acima. O item 3 tem por título *Lugar da língua nos fatos humanos. A Semiologia* e trata, como o título adianta, da ciência denominada de *Semiologia*.

Concebida como *uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social* (CLG, p.24), a Semiologia²¹ será uma teoria geral dos diversos e diferentes sistemas de signos que podem ser comparados entre si. Assim entende o *Curso* (p.24):

A língua é um sistema de signos que exprimem idéias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc., etc. Ela é apenas o principal desses sistemas.

Na *Semiologia* a escrita teria um lugar ao lado de outros sistemas semiológicos, pois, *todo meio de expressão aceito numa sociedade repousa em princípio num hábito coletivo ou, o que vem a dar na mesma, na convenção*²²

¹⁹ Entendo “grafema” como a *unidade mínima contrastiva no sistema de escrita de uma língua*. (Cf. CRYSTAL, 1988, p.128).

²⁰ Os *alografes* são variantes gráficos do grafema abstrato <A>, como no exemplo citado. O prefixo *alo-* designa qualquer variação perceptível da forma de uma unidade lingüística, sem afetar a identidade funcional desta unidade na língua. Não há, portanto, mudança de sentido (CRYSTAL, 1988, p.22).

²¹ Segundo o CLG (p.24), *Semiologia* (do grego *sêmeion*, “signo”) *ensinará em que consistem os signos, que leis os regem*.

²² Aqui a expressão *convenção* poderia dar idéia de motivação, mas segundo De Mauro (1976), o que se pode notar pelas fontes manuscritas indica que a intenção de Saussure seria a de tributar à Semiologia a tarefa de *classificar os diferentes sistemas segundo seus aspectos mais ou menos arbitrários*. O exemplo apresentado pelo CLG sugere que os signos de cortesia são representativos dessa escala arbitrária em comparação com a língua *o mais completo e o mais difundido sistema de expressão [...]* (CLG, p.82).

(CLG, p.82). O importante é que Saussure ressalta como principal objetivo da *Semiologia* tratar o conjunto de sistemas baseados na arbitrariedade do signo (p.82). A conclusão é clara: a escrita, por ser um sistema pertencente à *semiologia*, possui a característica que a une aos outros sistemas, isto é, a arbitrariedade.

A escrita, então, entendida como *um sistema de signo* será tomada pelo *Curso* a fim de esclarecer *toda a questão* (p.138) referente ao caráter a-substancial do significante. O primeiro item assim se apresenta: *os signos de escrita são arbitrários; nenhuma relação existe entre a letra t e o som que ela designa* (p.138). O que sugere a existência de uma relação entre som e grafia. Mas, segundo Arrivé (1999, p.8)²³ há uma alteração na última frase da citação acima em relação à edição-padrão:

Na verdade, Saussure, segundo as notas totalmente homogêneas dos seus ouvintes, não falou do “som que ela designa”, mas da “coisa a designar”. Vemos a diferença: não é o som que é assumido, a título de significado, pela letra, mas uma “coisa”. Reconhecemos facilmente nela o significante incorpóreo, efetivamente difícil de extrair da sua ganga fônica ou gráfica.

Essa diferença desvia o rumo da argumentação: *a partir desse momento, a escrita tem pleno acesso à dignidade de sistema de signos* (ARRIVÉ, idem), pois a relação estabelecida anteriormente entre o som e a letra que a escrita designa passa a fazer parte de um sistema de oposição entre os elementos, noção que inviabiliza entender a escrita como representação. Saussure mesmo afirma que

os valores da escrita só funcionam pela sua oposição recíproca dentro de um sistema definido, composto de um número determinado de letras. [...] Como o signo gráfico é arbitrário, sua forma importa pouco, ou melhor, só tem importância dentro dos limites impostos pelo sistema (p.139).

Se possui um sistema próprio, a escrita não pode ser apenas a imagem da fala. A possibilidade é a existência de um funcionamento semelhante ou até mesmo idêntico (Saussure assim o denomina - p.139) entre os dois sistemas distintos. Diferença que não se traduz em exclusão, como bem sintetiza o último exemplo do item 3:

4º o meio de produção do signo é totalmente indiferente, pois não importa ao sistema (isso se deduz também da primeira característica). Quer eu escreva as letras em branco ou preto, em baixo ou alto relevo, com uma pena ou com um cinzel, isso não tem importância para a significação.

²³ Arrivé refere a edição-padrão segundo Engler (1989).

Ratifica-se assim a existência de sistemas próprios, cuja forma não importa, pois não interfere na significação.

Retomando, então, o que essa releitura do CLG, mais precisamente do item referente à materialidade do significante, pôde trazer quanto à presença da escrita no *Curso*, é possível apontar três conclusões:

1^ª) o que importa na escrita não é a letra, mas a relação estabelecida entre os elementos;

2^ª) a escrita possui um sistema próprio de significação;

3^ª) tal sistema se dá por uma rede de oposições totalmente arbitrárias.

Tais conclusões reforçam a concepção quanto ao caráter imaterial do significante, trazendo a contrabando um outro problema: a linearidade do significante, entendida como uma sucessão temporal.

Abre-se, portanto, o leque de discussão em duas direções: em um primeiro momento, a escrita tomada como um sistema arbitrário, cuja relação se dá entre seus próprios elementos; e em um segundo momento, a arbitrariedade da escrita com relação à fala, em uma exterioridade própria da representação. Tal exterioridade sugere que façamos uma breve digressão para tratar do caráter arbitrário do significante.

Essa noção de escrita como representação, como símbolo, não poderia ser sustentada no decorrer do *Curso* pela própria tese da *arbitrariedade do signo*. A argumentação não é nova. A prioridade do oral em relação à escrita está relacionada com a precedência temporal do primeiro em relação ao último, isto significaria, portanto, entender a escrita como representação da fala. A esse respeito, a explicação de Rey-Debove (1996, p.76) é bastante convincente: *isso é impossível porque, nesse caso, o discurso escrito seria metalingüístico e seria necessário passar pela expressão oral para ter acesso ao conteúdo do escrito*. Para a autora, a prioridade do oral ou do escrito é apenas fortuita, pois depende unicamente da aprendizagem que nem sempre se dá na mesma ordem. A aquisição de uma língua estrangeira, por exemplo, passa, na maioria das vezes, primeiramente pelo escrito como pré-requisito para o oral.

A própria exemplificação de Saussure a esse respeito é um tanto vaga (Cf. item 1.2). O sistema gráfico é comparado a uma fotografia de um rosto em relação ao próprio rosto, isto é, o gráfico seria a imagem do fônico. E mais: seria uma representação icônica. Uma relação impossível para Rey-Debove (1996, p.77):

[...] ora, a passagem do oral ao escrito não é icônica. E se se trata de representação não-icônica, o isomorfismo entre os dois sistemas (relação biunívoca entre os grafemas da “palavra escrita” e os fonemas da “palavra falada”) é por demais aleatório para “representar” o oral, sobretudo para o francês.

Como explicar, então, que a escrita seja apresentada como imagem da fala? Se assim pensasse, Saussure estaria concordando como o caráter simbólico da escrita, com sua função de representação da fala, e mais que

isso, não poderia sustentar a definição segundo a qual *língua e escrita são dois sistemas distintos de signos*.

Cabe aqui, uma alusão ao item 3. *Segundo princípio: caráter linear do significante*, situado na primeira parte do CLG, sob o título de *Natureza do signo lingüístico*.

A subordinação da escrita em relação à fala somente é possível se as colocarmos em uma situação de comparação ou tomarmos aquela como representação desta. A esse respeito, o CLG assim se posiciona:

O significante, sendo de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo, unicamente, e tem as características que toma do tempo: a) *representa uma extensão*, e b) *essa extensão é mensurável numa só dimensão*: é uma linha (1991, p.84).

A linearidade se apresenta como uma característica de elementos colocados um após o outro, situados em um contínuo espacial. De todo modo, o caráter da linearidade é que permite a sucessão de fonemas na fala²⁴ e também a seqüência de letras na escrita: *esse caráter aparece imediatamente quando os representamos pela escrita e substituímos a sucessão do tempo pela linha espacial dos signos gráficos* (Idem).

Sustentar a materialidade do significante traz, no mínimo, duas implicações contraditórias. A primeira delas aparta duas noções inseparáveis: significante e significado. Arrivé (1999) desenvolve essa questão de forma minuciosa e aponta para uma substituição da nomenclatura utilizada por Saussure no CLG. O caráter linear do significante passa a ser tomado pelo caráter linear da língua para sustentar a definição de sintagma:

De um lado, no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no **caráter linear da língua**, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. Estes se alinham um após outro na cadeia da fala. Tais combinações, que se apóiam na extensão, podem ser chamadas de sintagma (p. 142) [grifo nosso].

Arrivé (1999) justifica esse deslizamento terminológico pelo fato de a linearidade atravessar os limites dos signos. Assim, é o caráter material do significante que torna possível a sua linearidade, manifestada na atualização da língua. Mas é essa mesma materialidade que revela outra contradição,

²⁴ No CLG (p.84), consta que *a sílaba e seu acento constituem apenas um ato fonatório*. Para Arrivé (1999) esse trecho demonstra uma análise situada na fala e não na língua. Por sua vez, Jakobson (1963) abordará esse problema do significante criticando a posição de Saussure. Também Milner (1989) fará eco às críticas. Segundo ele, ao pronunciarmos /b/, pronuncia-se ao mesmo tempo a labialidade, a sonoridade e a oclusão. Essa questão, portanto, não foi tratada por Saussure.

pois, contrariando a concepção da materialidade do significante, sua assimilação ao som, o *Curso* defende o caráter não-material do significante conforme vimos acima.

Ora, ter um caráter incorpóreo é próprio da não-materialidade do significante. O interessante aqui é notar que a linearidade do significante somente é possível por conta de sua materialidade e a conseqüente submissão ao tempo; portanto, é próprio submeter à linearidade um elemento incorpóreo?²⁵

Do que vimos acima é possível concluir que o significante, no CLG, é um conceito que apresenta duas definições: a) como materialidade marcada pela linearidade, e b) como imaterial definida pela noção de valor.

Somente em relação à materialidade sonora é possível entender a escrita como representação do som e, por conseguinte, vê-la como sua subordinada. Ao assumir um significante incorpóreo, a escrita perde o contato com o som e pode, a partir de então, ser também considerada um sistema de signos. Pode, principalmente, ser aceita em posição de igualdade em relação à língua, sendo submetida à noção de valor. O que temos agora é a escrita dotada de uma estrutura, ratificando o conceito saussuriano de que *a língua é forma e não substância*, ao que se pode acrescentar: a língua não é som, ela se manifesta também na substância sonora ou escrita. Portanto, a existência ou não de matéria fônica em um signo importa menos que o que existe nos signos ao seu redor, pois, *o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia [...]* (CLG, p.135). Sem alterar o sentido ou o som de um termo, é possível alterar-lhe o valor apenas modificando a palavra seguinte.

Essa conclusão conduz de imediato a outra síntese: a possibilidade da existência de significação sem a presença do caráter fônico. A reflexão de Arrivé (1999, p.75) vai nessa direção:

Mas apagar o som não é abolir o significante; este último não pode estar ausente, pois então o signo lingüístico seria dissolvido. [...] a *oralidade* (se por oralidade se compreende metaforicamente a presença do signo lingüístico) *não é redutível ao interior de uma língua*. Ou então, se se tenta reduzi-la, se deve bem renunciar à língua.

Por fim, é possível dizer que a escrita já estava, sim, contida no próprio *Curso*, por caminhos tortuosos, é certo, mas sempre houve um caminho e um lugar para a escrita em uma reflexão marcada por exclusões e dicotomias. Enclausurado em certezas, o CLG expõe o pensamento de um Saussure refém dessas convicções. Nas palavras de Gadet & Pêcheux (1984, p.56): *bajo estas dos formas aparentemente opuestas, esa visión maniqueísta conduce a enfrentar a uno de los dos Saussure contra el outro*.

²⁵ Arrivé (1999) recorre à pesquisa de Saussure sobre os anagramas para discutir o conceito de linearidade, que o autor considera como *o nó da reflexão saussuriana* (p.52). Essa questão será retomada no item seguinte quando tratarei dos Anagramas.

Por sorte, diferentes fontes trazem à tona um outro Saussure, menos categórico, na medida em que confessa suas dúvidas, ao mesmo tempo em que revela uma busca obstinada em duas frentes completamente diferentes: a legitimação de uma ciência da linguagem e a pesquisa anagramática.

2.2. Com que escrita se escrevem os *Escritos*?

Do que foi dito até aqui é possível pontualmente elencar algumas conclusões: 1ª há no CLG duas concepções de significante: material/imaterial; 2ª a imaterialidade do significante permite à escrita estabelecer-se como um sistema de valor cuja relação se dá entre os próprios elementos submetidos a uma rede de oposições; 3ª totalmente arbitrárias. Tomado como materialidade, o significante submetido à linearidade permite, somente aí, o entendimento de uma escrita dotada de caráter representacional.

Tais reflexões ancoradas no *Curso* necessitam ser abordadas através de um olhar proveniente do *outro Saussure*, o dos Anagramas e o dos Escritos, pois entre esses dois pólos, o pensamento saussuriano²⁶ se permite ser vislumbrado em sua plenitude, podendo ceder às dúvidas e inquietações próprias de um pesquisador. Mas impróprias a um livro sobre lingüística geral.

Assim, com esse olhar diverso, sem a pretensão de exaustão em relação aos *Escritos de lingüística geral* (BOUQUET; ENGLER;2004), a discussão que segue procura nesse *outro Saussure* o lugar destinado à escrita além da representação gráfica.

Sobre a pertinência de retomar os manuscritos de Saussure, as palavras de Salum no prefácio do CLG, são esclarecedoras. O autor salienta que a frase final do *Curso – a Lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua encarada em si mesma e por si mesma* - embora muito citada, não é de Saussure, mas do editores. Para Salum,

Aí está um problema crítico com tríplice complicação. Problema crítico grave como o da exegese platônica ou o problema sinótico dos Evangelhos. Naturalmente, as notas dos discípulos de Saussure foram apanhadas ao vivo na hora, como cada um podia anotar (p.XVIII).

Tratar dos *Escritos* significa tratar de uma exterioridade ao CLG sem afastar-se do pensamento de Saussure e sem a pretensão de encontrar “o verdadeiro Saussure”. Esse tipo de busca acaba por facultar desvios desastrosos, conforme assinala Normand ao apontar que a busca pelo

²⁶ Silveira (2007) ao examinar a fundação da lingüística moderna a partir das elaborações da psicanálise lacaniana, apresenta o nó borromeano como capaz de dizer sobre um movimento marcado pelos anagramas, o indo-europeu e a teoria do Valor sem ordená-los ou hierarquizá-los. O importante dessa nodulação diz respeito ao caráter borromeano de interdependência: implica que ao soltar um dos elos, os outros dois se desençam.

“verdadeiro Saussure”, acabou por implantar o “terrorismo” dos manuscritos. Longe dessa intenção, a pertinência em trazer os manuscritos à discussão tem a ver com a possibilidade de divisar o processo de construção do pensamento saussuriano, para poder situar as questões relativas à escrita.

Tomada em sua totalidade, a leitura dos *Escritos* deixa perceber a gênese do pensamento saussuriano. As dúvidas expressas através de frases entrecortadas e interrompidas antes de serem concluídas, tornam-se uma dificuldade aparente, superada pela surpresa decorrente dessa leitura em comparação com o CLG. Sem o enquadramento proveniente de uma organização editorial e sem os compromissos com a cátedra, é possível encontrar um pensamento mais *sutil, mais límpido, mais convincente do que o do Cours. No livro de 1916, eles são como que esmagados e, até mesmo, sistematicamente apagados* (BOUQUET; ENGLER, 2004, p.14)²⁷.

Uma dificuldade apontada no item 2.1 diz respeito ao caráter material do significante. No CLG é possível encontrar, como vimos, duas definições para o significante: uma o entendendo como expressão de materialidade e, portanto, submetido à linearidade e outra o apresentando como imaterial definido pela noção de valor; momento em que a escrita encontra a possibilidade de instaurar-se como um sistema próprio de significação. Essa questão pode ser encontrada nos *Escritos* da seguinte forma sob o título 1 [*Natureza incorpórea das unidades da língua*]²⁸:

Natureza incorpórea, como para todo valor, daquilo que faz as unidades da língua. Não é a matéria fônica, substância vocal que []. Não se pode tratar um instante a língua sem se ocupar do som e dos sons, a mudança dos sons é um fator capital, e isso não impede que, num certo sentido, o som seja estranho à natureza, etc. Do mesmo modo, por exemplo, a matéria que entra numa moeda não é uma coisa de que não se possa tratar, mas seria um grande erro acreditar que é ela que constitui a moeda; o valor lingüístico será como o valor de uma moeda de cinco francos. [...] **Esse valor é uma coisa incorpórea**; ora, do mesmo modo, é preciso representar as palavras, para se ater à verdade, como unidades incorpóreas; não se considera [...] (p.247) [grifo nosso].

A observação do item 3 [*Língua*] complementa essa questão sublinhando que *a língua não está no que parece indispensável para produzi-la, jogo de órgãos vocais ou convenções da espécie voluntária* (p.248).

²⁷ É preciso considerar a decisão dos editores pela exclusão das rasuras: *as passagens riscadas no manuscrito não foram reproduzidas* (p.17). A esse respeito, Silveira (2007, p. 123) comenta: *é realmente impossível ignorar as elipses de sentido que as rasuras do manuscrito encarnam. Os impasses quase sem sentido que se apresentam nas tentativas de escrita, na escrita e reescrita sobrepostas, nos incisos; enfim, não é possível desviar-se do que se apresenta como uma tentativa de escrever o que ainda não fora escrito por ninguém.*

²⁸ Título dado pelos editores e grafado entre colchetes no livro.

Como é possível notar, a comparação com a moeda de cinco francos é a mesma encontrada no CLG para sustentar a argumentação quanto à impossibilidade de o *som*, *elemento material* pertencer à língua. Em ambas as publicações, há a preocupação em afastar a materialidade presente no metal da moeda, já que esta não é constituída por aquele. Então *esse valor é uma coisa incorpórea*, e nesse momento, Saussure escreve: **do mesmo modo, é preciso representar as palavras como unidades incorpóreas**. E como seria isso possível, a não ser pela noção de arbitrariedade decorrente do valor como uma rede de oposições? Então, mesmo como representação, a escrita seria incorpórea, escaparia da noção de *letra*²⁹ relacionada com o som e passaria a ser entendida como um sistema de signos.

Em 15b[*Reflexões sobre as entidades*] Saussure discute as causas que fazem com que a linguagem fique fora de qualquer comparação e acabe tornando-se *não classificada* pelos lingüistas, apontando como primeira causa *a ausência de linguagens importantes que repousem sobre outro instrumento, que não a voz, para produzir o signo*. E segue:

Com isso, chegou-se a qualificar a linguagem falada de *função* do organismo humano, misturando, assim, sem volta, o que é relativo à *voz* e o que é relativo apenas à tradução do pensamento por um signo, que pode ser absolutamente qualquer um e comportar um aperfeiçoamento e uma gramática de acordo com signos visuais ou táteis ou de acordo com signos não menos convencionais que se escolherá na voz (p.219).

A relação da voz com a escrita e a decorrente submissão desta em relação à vocalização, como vimos em 1, é tema importante no CLG, comprovado pela presença do capítulo VI *Representação da língua pela escrita* ainda na introdução. A referência a esse assunto é bem menos pontual nos *Escritos*. As observações em relação a não prioridade sonora espalham-se por todo o texto, de certa forma, respondendo a pergunta: *as entidades de ordem vocal são entidades lingüísticas?* (p.34), respondida por Saussure pontualmente logo a seguir: *as entidades da ordem vocal não são entidades lingüísticas*. Mas em outras passagens, a mesma questão retorna.

Em [*Notas de fonologia; abertura; teoria da sílaba (1897?)*] Saussure constrói a argumentação para sustentar que *nem os sons nem as idéias são objetos lingüísticos* (p.214). Assim,

O ato fonatório aparece como um instrumento necessário mas tão pouco essencial, em si mesmo, quanto, no caso dos sinais marítimos, o ato do tingidor que preparou as bandeiras para dar a impressão do verde, do vermelho, do preto, etc (p.212).

²⁹ *Letra* entendido aqui como sendo um sinal gráfico, em nada se aproximando do sentido laciano.

E mais adiante encontramos:

Nós reconhecemos, assim, que o fato fonatório não começa nem na ordem acústica e nem na ordem fisiológica, mas representa, em sua natureza essencial, um equilíbrio entre as duas, constituindo uma ordem própria, que pede suas próprias leis e suas próprias unidades (p.213).

Os trechos acima demonstram que a questão sonora não é essencial aos fatos da língua, na verdade, opõe-se à língua como manifestação coletiva e não individual. Cabe então precisar a relação da escrita com a fala, isto é, trata-se de estabelecer as semelhanças e diferenças entre fala e som; pois, como vimos, o conceito de escrita deriva de como entendemos sua produção: se a partir de um significante material, tomada como reprodução, ou se a partir de um significante incorpóreo, dotada de um sistema próprio.

Pode-se, portanto, entender a fala³⁰ como: a) ato fonatório, e sonoro, tendo como consequência a exclusão da escrita; e/ou b) como uso da língua, permitindo a inclusão da escrita.

Desse modo, as questões presentes nos *Escritos* podem ser revistas em uma maior amplitude. Há um redimensionamento quanto à inclusão de outros sistemas de signos nos estudos lingüísticos, e o mais importante para o prosseguimento dessa pesquisa, em nenhum momento a escrita é combatida com a virulência encontrada no *Curso*. Se é apresentada em relação ao caráter sonoro da língua, também passa a ser digna de estudo:

De uma maneira mais geral, me parece que, seja no campo do *efeito individual* (= semiológico), seja na perspectiva histórica, **os fatos relativos à escrita apresentam, talvez, a respeito de todos os fatos que existem na linguagem, sem exceção, uma mina de observações incessantes e de fatos não apenas análogos, mas completamente homólogos, de um**

³⁰ Na página 22, o CLG complementa o conceito de “fala” como sendo *um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar essas combinações*. Note-se que dois conceitos de “fala” podem ser retidos de tal explanação: um entendendo a fala como produto fonatório e outro definindo-a como realização do sistema. A esse respeito, Arrivé (1999, p.37) salienta que as fontes manuscritas diferem da edição do CLG por introduzirem a oposição entre língua e “a faculdade da linguagem” e não entre língua/fala, dicotomia da qual decorre o conceito de fala expresso no *Curso*. Para o autor, há um equívoco em torno da noção de fala. *O erro consiste em dizer que Saussure excluiu do campo da lingüística tudo o que é utilização pelo “sujeito falante” do código da língua*. O que há, segundo Arrivé, é apenas a distinção, feita por Saussure, entre dois campos vizinhos: a “lingüística da língua e a lingüística da fala”. Também Dufour (2000, p.277) critica a edição do CLG e classifica como sendo *uma idéia ingênua da “separação” entre fala e língua* [...] Por fim, é possível pensar que a dicotomia apresentada pelo *Curso*, se tomada em relação a outros textos de Saussure, cede lugar a uma complementaridade, nesse caso, língua e fala estariam em relação e não em exclusão.

extremo ao outro, aos que se pode discernir na linguagem falada (p.48)
[grifo nosso].

Mas ainda resta um problema: a questão da linearidade. Preliminarmente uma suposição poderia ser lançada em relação ao estatuto da escrita: a perenidade decorrente de sua expressão minimiza os traços temporais da situação, isto é, o importante para a escrita é a linearidade espacial. Já para a fala como ato fonatório, há imediata submissão à linha temporal. Quanto a essa questão, convém citar uma passagem dos *Escritos* que demonstra as impressões de Saussure:

Para representar verdadeiramente os elementos fônicos sucessivos de uma palavra, seria preciso uma tela onde se pintasse, com lanterna mágica, cores *sucessivas* e, no entanto, isso seria falso na medida em que nos seria impossível recolher essas cores sucessivas numa única impressão, e é por isso que a palavra escrita inteira sobre a tela, [...] *espacialmente*, é, para nós, uma representação melhor da palavra, que é, no entanto, temporal [grifos do autor].

Assim como a frase musical se desenvolve no tempo, porque nós retemos [], assim também a frase visual, que seria, por exemplo, uma linha de montanhas – Mas coisa curiosa: *não há frase visual que consista em momentos sucessivos, e é por isso que somos levados à representação gráfica* (p.101) [grifo nosso].

Note-se que a noção de linearidade pode ser encontrada sob outra denominação: a noção de *sucessividade*. Igualmente, a característica temporal (linear, sucessiva) do elemento fônico passa a ser substituída pelo caráter espacial da escrita. Ainda que uma imagem, como a exemplificada acima, de uma linha de montanhas seja colocada uma após outra, linearmente, ao ser escrita, esse caráter de sucessividade será minimizado. Mas não é possível esquecer que a sujeição ao tempo dos significantes acústicos é próprio da língua. Ainda assim, Saussure se pergunta da possibilidade de haver impressões acústicas fora do tempo: *fora da ordem que têm os elementos no tempo?* (Starobinski;1974:35). Essa reflexão atinge um outro tempo que não o da consecutividade e, portanto, não mais restrito à linguagem habitual, mas apenas atinge *um domínio infinitamente especial como este que temos de tratar* (Idem).

Assim, perseguindo o estatuto da escrita na reflexão saussuriana, o item seguinte se deterá nesse *domínio especial* a que Saussure se dedicou: os anagramas. Para tanto, a interpretação de Milner (1987) será seguida de perto; igualmente Starobinski e Lopes serão convocados a auxiliar nessa intrincada relação entre a lingüística e os anagramas. Como diz Milner (p.55), *é mais difícil do que parece estabelecer a verdadeira importância dos anagramas*.

2.3. A escrita sob os escritos

Nada puede ocurrir una sólo vez.

J. L. Borges

Atividade a que se dedicou com afinco, a pesquisa anagramática constituiu-se bem mais que um passatempo casual para Saussure. Seus estudos sobre os anagramas³¹ eram discutidos com os amigos mais chegados através de cartas, a quem confessava suas dúvidas quanto ao caráter ilusório do estudo. Prova disso é a carta datada de 12 de novembro de 1906, endereçada a Meillet:

Tendría usted la amabilidad de leer unas notas sobre *El anagrama em los poemas homéricos* que consigné, entre otros estudios, durante mis investigaciones sobre el verso saturnino, y a propósito de las cuales le consulto [arí, si usted] confidencialmente, porque escrita casi imposible para el [que él] que tiene la idea, averiguar si escrita víctima de una ilusión, o si hay algo de cierto em la base de su idea, o si ésta escrita cierta sólo a medias (JAKOBSON, 1986, p.19).

Os estudos de Saussure sobre os anagramas, ainda que conhecidos, especialmente após a publicação de Starobinski, sempre foram tratados com certa reserva em relação às outras pesquisas do lingüista. A descoberta em um verso saturnino de que *o poema é uma modalidade de discurso que se constrói pelo procedimento combinatorial de reconstruir um discurso anterior* (LOPES, 1993, p.110), isto é, da existência de um *princípio par* (MILNER, 1987, p.55) fora reservada para as solitárias elucubrações realizadas à noite, paralelamente aos cursos ministrados por Saussure durante o dia.

Assim, a existência dos anagramas, muito embora reconhecida, foi aceita sem que isso significasse qualquer relação com as questões apresentadas pelo *Curso*. Como sabemos, esses cursos deram origem ao CLG; portanto, não é descabido, dada a concomitância das pesquisas, suspeitar de que as indagações de Saussure, aparentemente antagônicas, não foram tão dissociadas quanto pareciam. Há, claramente, pelo menos um momento em que essas duas indagações se tocam, momento em que Saussure busca uma regularização, uma lei para a teoria anagramática. Mas é preciso notar

³¹ O anagrama forma-se pela transposição dos fonemas de outra palavra. No caso dos poemas pesquisados por Saussure: *em um verso saturnino, os fonemas são escolhidos a partir de um nome, ligado de maneira crucial ao sentido narrativo do verso* (MILNER, 1987, p.55). Exemplificando, *com o fato de que o nome da divindade a que o poema era dedicado ou o nome daquele que havia encomendado o poema para a lápide de um túmulo, compareciam no poema através de segmentos, sílabas, consoantes, vogais presentes nas palavras dos versos. Assim, em um poema dedicado a Apolo, pode-se ler seu nome no verso "Ad temPLa pOrtatO"* (Tradução: "levado diante dos templos) (LEMOS, 1998, p.15)

que a busca por essa lei não se dá sem alguma relação com a teoria da linguagem:

Que os elementos que formam uma palavra se sucedem, é uma verdade que seria melhor não considerar em lingüística, como uma coisa sem interesse pelo fato de ser evidente, mas que dá ao contrário, de antemão o *princípio central de toda reflexão útil sobre as palavras*. Num domínio infinitamente especial como temos que tratar, é sempre em virtude da *lei fundamental da palavra humana* em geral que se pode colocar uma questão como a da consecutividade ou não consecutividade, e desde a primeira³² (SAUSSURE *apud* STAROBINSKI, 1974, p. 34) [grifo nosso].

Em relação ao fragmento acima, Arrivé (1999, p.52) comenta: *com isso, começamos até a especular sobre a cronologia. Imagine-se que Saussure escrevia **no mesmo dia**, mas em dois cadernos diferentes, o texto que acabamos de ler e o que lhe faz eco no CLG*.

Silveira (2007) juntamente com Lemos (1995) observam que o *Curso* é uma obra que não desmente os anagramas. A lei fundamental, a consecutividade, também retorna no CLG nomeada agora como relações sintagmáticas, e também se apresenta em diversos momentos através das investigações sobre a unidade da língua. É possível, ainda, pensar em subversão, ambigüidade com o que excede o discernível da língua. É esse, pois, o caminho que interessa a este artigo. Por esse viés, as reflexões de Milner serão importantes.

Para Milner (1987, p.57), *o anagrama revela-se, então, ambíguo: de um lado, ele fala da pertença da homofonia à língua, como objeto da lingüística; mas por outro lado, ele diz o não assimilável disto*, pois o anagrama somente pode ser o que é negando as propriedades regulares do signo. O anagrama faz sombra ao signo. Ainda assim, eles não podem ser comparados pelo fato de que os anagramas trazem, através da homofonia, um real³³ que excede à própria língua.

E é desse real que Saussure tem que dar conta. A possibilidade proveniente da descoberta anagramática expõe Saussure a um encontro desconcertante. Mas como lidar com o que não se deixa regularizar? A descoberta é quase um lamento:

³² Starobinski apresenta esse fragmento de um manuscrito de Saussure e em nota de rodapé frisa que se trata de uma frase inacabada.

³³ O *Real* pode ser entendido como um tempo anterior às palavras, um momento pré-simbólico ou pré-lingüístico. Para Lacan, *o Real é sem fissuras: não tem quebras, espaços ou buracos; não tem rasgos. Não há ausência no Real* (Seminário 2, p.390); *Por definição, o Real é pleno* (Seminário 4, p.224). Desse modo, é o Simbólico que cria a "realidade" – aquilo que é nomeado pela linguagem – ao neutralizar o Real. Uma definição possível para o *Real* é tomá-lo como aquilo que não foi simbolizado: é o *impossível, aquilo que não pode ser simbolizado totalmente na palavra ou na escrita e, por consequência, não cessa de não se escrever* (CHEMAMA, 1995, p. 182).

Quando um primeiro anagrama surge parece uma luz. Quando se vê que se pode acrescentar-lhe um segundo, um terceiro, um quarto [...] começamos a não ter mais confiança no primeiro: porque chegamos a perguntar-nos se não poderíamos encontrar definitivamente todas as palavras possíveis em cada texto, ou até que ponto, aquelas que se ofereceram sem que as procurássemos são verdadeiramente cercadas de garantias características, e implicam uma maior soma de coincidências que as da primeira palavra ou aquela a que não se prestava atenção. Estamos a dois passos do cálculo das probabilidades como recurso final, mas como este cálculo neste caso desafiaria as forças dos próprios matemáticos [...] (SAUSSURE *apud* STAROBINSKI, 1974, p.89).

As certezas escapam pela presença de *uma maior soma de coincidências*, levando Saussure até mesmo a duvidar do que encontra. Como lidar com o não-previsto? A esse respeito, Milner (1987, p.57) sustenta que:

Assim o anagrama representa, incluído na rede do impossível da língua, um “a mais” que dele se distingue. De um lado, ele é inteiramente formulável em termos de fonemas, e supõe uma análise fundamentada, por sua vez, no princípio que torna contingente a homofonia – de sorte que esta só ganha um estatuto através de um sistema que a desvaloriza -; por outro lado, ele nomeia um real que excede toda fonologia possível [...].

Mas Saussure procura o semelhante. Segundo Starobinski (p.16), a busca através dos anagramas vai ao encontro da palavra-tema, momento em que Saussure se depara com *a lei do acoplamento que pretende que seja redobrada, no interior de cada verso toda vogal e toda consoante utilizadas uma primeira vez. A aliteração deixa de ser um eco ocasional, repousa numa duplicação consciente e calculada*. Portanto, o interesse situa-se na existência de uma lei no interior da poesia latina³⁴. Ao formular essa lei para os anagramas, Saussure foi mais longe e elaborou hipóteses sobre tal funcionamento.

Atribuir ao leitor a total responsabilidade de decifrar os anagramas foi a primeira hipótese a ser posta de lado, pela própria incapacidade de tal fato constituir-se uma prova, sendo, no máximo, um indício de um funcionamento. Volta-se, assim, para o outro extremo: o autor. Portanto, *faltaria verificar se aquilo que ele procurou e achou, lendo os poetas antigos, corresponde a uma regra conscientemente seguida por estes*. (STAROBINSKI, 1974, p.84) O intuito é encontrar a confirmação de que existe uma causa comum justificando tal organização. E Saussure conclui:

[...] eu afirmo efetivamente (como sendo minha tese a partir de agora) que o poeta se entregava, e tinha como ‘métier’ comum entregar-se à análise

³⁴ A importância de tal descoberta é valiosa, tanto que Saussure escreve em letra maiúscula em um dos seus cadernos: NUMERO DEUS PARI GAUDET (STAROBINSKI, p.18) (Deus se alegra com o número par)

fônica das palavras; que é esta ciência da forma vocal das palavras que constituía provavelmente, desde os mais antigos tempos indo-europeus, a superioridade, a qualidade particular, do kavis dos hindus, dos Vates dos latinos etc (*apud* STAROBINSKI, 1974, p.27).

A intenção, portanto, era o que conduzia o poeta a cifrar uma palavra e distribuí-la pela poesia. Caberia ao leitor recolher os ecos esparsos (SILVEIRA, 2007), resultantes do ‘métier’ do poeta para poder formar a palavra-tema. Atribuir a uma vontade secreta dos poetas a causa da homofonia de forma unificada recoloca a língua dentro da rede do discernível, recuando seus limites: *o que poderia excedê-la não é mais atribuído a um efeito de real, mas a uma figura imaginária: o gênio poético* (MILNER, 1987, p.58). Mas muito mais que recuar, Saussure se calou. E é o próprio Milner quem irá responder qual foi a causa desse silenciamento: o Real que não cessava de comparecer nos anagramas calou Saussure. E, acrescento, a impossibilidade de simbolizar este Real levou-o a ser tomado pelo Imaginário.

Esse interessante recuo de Saussure em direção à regularização foi esclarecido por Silveira (2007, p.103):

Diante da potência do Real, Saussure recorreu à tela do Imaginário como uma proteção ao desconcerto total do sujeito diante do inominado. Nessa nodulação que propomos³⁵, o Imaginário, aqui encarnado pela intenção do poeta em codificar uma palavra-tema, recobre em dois pontos o Real – a homofonia.

De certa forma, é como se o real criasse “força” nos anagramas, sendo mais fácil de ser identificado na mesma medida em que é preciso ignorá-lo. Esse movimento significa restituir para o domínio da língua o que excede a ela mesma, a exemplo do que fez Roman Jakobson tentando *fazer ver estrutura e estruturação onde a lingüística não via senão erro, desvio e violação, isto é, na fala do afásico, na fala da criança, na poesia*. (LEMOS, 1998, p.9)

Também Lopes (1993) fala de regularidades. Seguindo a conceituação inicial de Starobinski, ao separar a noção de *discurso* contraposta à de *língua*, Lopes salienta a importância do estabelecimento de uma relação entre esses dois conceitos, visto ser possível distinguir o signo construído no discurso daquele que é construído na língua. O discurso não se origina unicamente na língua, mas *de um outro discurso anterior*, como afirma Starobinski (1974, p.12):

Mas o que é a língua separada do discurso? O anterior ao discurso é realmente a língua, ou não seria de preferência um discurso antecedente?

³⁵ A nodulação referida diz respeito ao nó borromeano. Silveira aponta, a partir de Granon-Lafont (1985), que uma das funções da figura é mostrar como o que está excluído é necessário. No caso, os anagramas figuram como a intersecção entre os três elos, ou seja, entre o Real, o Simbólico e o Imaginário.

A língua, simples repertório de conceitos isolados, separada do discurso (da fala) é uma abstração. A audácia de Saussure consiste em tratar esta abstração como um material concreto, uma matéria-prima.

Assim, para Lopes (1993, p.110), o que se formula, nesse caso é o problema da identidade e da diferença que, transposto para as relações que mantém o signo da língua com o signo do discurso, possibilita falar de uma “igualdade parcial” em termos de identidade, e de “desigualdade parcial” em termos de diferença. *O discurso surge, assim, aos olhos de Saussure, como um processo combinatório entre o já-feito da língua (e dos discursos anteriores) e o por-fazer dele mesmo, discurso em construção, até o arresto do seu ponto final.* O que resulta dessa combinação, é, portanto, o sentido.

Essa é a hipótese que Saussure aplica ao estudo da poesia clássica e que viabiliza a descoberta peculiar da possibilidade de reconfigurar os elementos já dados sob a forma de outros elementos, semelhantes, ou seja: *fazer o mesmo de outro modo.*

Lopes intitula o anagrama como *um texto sobre um texto anterior*, atribuindo à reduplicação de sinais, sons ou letras a possibilidade da criação da palavra-tema. Palavra que será retomada e redistribuída em novas sílabas ou em outras palavras, ou seja:

A produção do texto passa necessariamente por um vocábulo isolado – vocábulo que se relaciona com o destinatário ou com o assunto da passagem – via de acesso e reserva de fonemas privilegiados sobre os quais se apoiará o discurso poético acabado. [...] Entre as rasuras, uma das mais significativas concerne ao antecedente da palavra tema; Saussure primeiro escreveu “texto” depois riscou essa palavra para substituí-la por “tema”. Ele portanto pensou num texto sob o texto, num pré-texto, no sentido lato do termo (STAROBINSKI, 1974, p.18-19).

A busca por encontrar um lugar para o que excede o regular atribuiu as pesquisas anagramáticas ao domínio da literatura, domínio em que poderia ser incluído o *gênio poético*, no dizer de Milner. Ao se dar esse desligamento da lingüística com o que é literário, franqueia-se a existência de um funcionamento estranho ao discernível. Ao fato de que Saussure pensava na existência de palavras sob outras palavras tanto na poesia quanto na prosa significa para Lopes (1993, p.113) *uma das chaves da composição do discurso literário em geral; a teoria da literatura seria, em tese, uma teoria do discurso anagramático.*

Ainda assim, foi preciso aproximar a reescritura anagramática do que não faz parte do regular: a pintura. O procedimento anagramático descrito por Saussure foi nomeado por Lopes (1997, p.82) de *procedimento cubista*³⁶ de

³⁶ O procedimento cubista é descrito por Lopes (1997) como um momento de desconstrução de uma forma já dada, ao que seguia a reestruturação. É preciso notar, que ao mesmo

reescrita, da montagem por meio da reestruturação cubista de uma forma anteriormente dada e desestruturada em seus constituintes imediatos.

De todo modo, interessa o que é possível dizer da escrita em decorrência da teoria anagramática de Saussure: se visto pelo viés do que excede à língua, ou seja, a *alíngua*³⁷, ou pela tentativa de enquadramento em uma regularização. Independente de como tomarmos a relação da língua com os anagramas, uma afirmação subsiste: **a escrita é a via de acesso aos anagramas**, o que significa dizer que **a Escrita é a possibilidade de “tocar” o real**.

É notável a característica do anagrama de trazer um terceiro excluído como resultado das duas unidades distintas explícitas no texto. Uma série de fonemas pode fazer eco a outra, resultando na presença desse excluído: a homofonia. Não há, portanto, como negar a distância e ao mesmo tempo a complementaridade entre o Saussure do *Curso* e o Saussure das pesquisas anagramáticas. Para Flores (1999, p.44), *o anagrama pertence ao impossível da língua, pois se ele pode ser formulável em termos de fonemas (da ordem da contingência), não há fonologia que o torne possível*.

Se tomarmos como uma propriedade da língua o que Saussure estabelece como característica dos versos saturninos, a escrita anagramática seria própria de toda a linguagem. Essa é a visão trazida por Gadet & Pêcheux (1984) e retomada por Flores (2003), para quem tal visão seria decorrência da articulação do CLG com os anagramas através do conceito de *valor*, único capaz de possibilitar a percepção da língua como investida de *não-Um, ... porque o todo da língua não existe senão sob a forma não finita do não-todo* (GADET; PÊCHEUX, 1984, p.58). Significa aceitar que a língua suporta e comporta o não-todo, lugar do impossível. *Se de um lado, enquanto sistema, o sujeito dela está excluído, de outro lado, enquanto ordem não submetida ao sistema, reaparece o sujeito foracluído através de um “em Si” das unidades da língua* (FLORES, 1999, p.45). Disso decorre a possibilidade de que a língua comporte a escrita, pois a “escrita” do regular, apartada do sujeito e submetida ao sistema franqueia a presença da escrita que traz a reboque o sujeito da enunciação.

Se por um lado, as três vias de reflexão saussuriana – o CLG, os anagramas e os *Escritos* – ao teorizarem a respeito dos fenômenos pertencentes à língua, parecem excluir a escrita, por outro lado, os fatos analisados demonstram tratar-se de uma exclusão aparente. Ainda que a substância gráfica seja desconsiderada em favor dos fonemas, é a própria homofonia como resultado dessa combinação de fonemas que possibilitará enxergar a escrita como uma

tempo em que há uma aproximação da pintura, da arte, da poesia em relação à teoria anagramática, Lopes frisa que *o cubismo tem um caráter altamente intelectualizado: ele não faz a menor concessão às paixões. É um exercício cerebral, crítico, pleno de conseqüências [...] (p.24)*

³⁷ Termo utilizado por Milner (1987, p.57) para designar a relação de Saussure com os anagramas: *ele (Saussure) nomeia um real que excede toda fonologia possível: por aí, pelo incontornável de seu real, ele coloca a língua em excesso, que a tomemos em si mesma ou na sua representação calculável: esta função de excesso, nós a chamamos de alíngua.*

presença a reaparecer. Mais precisamente os *Escritos*, talvez pelo seu caráter reflexivo, ao retratar um pensamento inacabado deixam à mostra as dúvidas que o assunto desperta, contudo não há uma teorização explícita sobre o lugar da escrita. De sorte que em nenhum dos “Saussures” é possível afirmar que a escrita tenha sido radicalmente banida da ciência da lingüística. A sempre presença esgueirada da escrita estava somente à espera para ressurgir.

A escrita retorna pelo seu caráter incorpóreo, liberta do jugo sonoro de quem não é mais escrava nem representação. Contudo, o “retorno” – ou a sempre presença - da escrita é possível de ser verificado, mas o mesmo não pode ser dito com relação à escrita que excede à representação, escondida sob a regularidade do sistema. Escondida mas sempre presente.

Considerações Finais

Cabe ainda saber, a título de conclusão, o que retorna à escrita do gesto inaugural de Saussure e o que se pode dizer da escrita a partir de tais conclusões.

Do que foi possível concluir a partir dos itens que compuseram essa reflexão, a exclusão da escrita respondeu a uma necessidade de cientificidade requerida pela lingüística estrutural. Tal constatação ratifica a hipótese de que a exclusão da escrita operada pelo ato fundador da lingüística moderna, legitimado pela publicação do *Curso de Lingüística Geral* de Ferdinand de Saussure, é correlativa à busca da ciência de regularização do objeto.

Na língua há o discernível, e nesse regular, não há lugar para a escrita como representação da fala nem como expressão da subjetividade. Afirmção que legitima a exclusão da escrita encontra no CLG seu mais importante propagador, na medida em que atribui à escrita um estatuto de exterioridade notadamente decorrente da materialidade. Por esse viés, a escrita não pode encontrar na lingüística um lugar para si.

A depreciação da escrita pode ser atribuída como uma decorrência da tradição filosófica em que Saussure estava inserido, cujos modelos priorizavam a oralidade como verdadeira e a escrita como falsidade. Mas essa aparente filiação ao modelo vigente, de certa forma materializada na *Introdução* do CLG (*Representação da língua pela escrita*), não impediu que Saussure se dedicasse a uma investigação exaustiva em relação à língua. A possibilidade da existência de outra pesquisa, menos submetida aos cânones da época e, por conseguinte, mais livre para abordar questões apartadas do quadro de reflexão abriu caminho para um entendimento da escrita para além da representação gráfica, isto é, a escrita como sistema, obedecendo à ordem própria da língua. A grandeza do gênio investigativo de Saussure possibilitou que essa escrita pudesse permanecer de forma virtual³⁸, dando-se a ver somente além das aparências.

³⁸ *Virtual* é tomado no sentido atribuído por Lévy (1996), isto é, virtual é o que existe em potência e não em ato, estando, portanto, latente.

Ultrapassadas as barreiras responsáveis por apartar a escrita da reflexão lingüística, através de uma releitura do CLG, é possível concluir que o que importa na escrita não é a letra, mas a relação estabelecida entre os elementos, pois, a escrita possui um sistema próprio de significação, que se dá por uma rede de oposições, totalmente arbitrárias. Abre-se, portanto, o leque de discussão em duas direções: em um primeiro momento, a escrita tomada como um sistema arbitrário, cuja relação se dá entre seus próprios elementos; e a arbitrariedade da escrita com relação à fala, em uma exterioridade própria da representação.

Essas duas maneiras de entender a escrita relevam das concepções de significante apresentadas no CLG: material/imaterial. Por um lado, a imaterialidade do significante permite à escrita estabelecer-se como um sistema de valor cuja relação se dá entre os próprios elementos submetidos a uma rede de oposições, totalmente arbitrários; por outro lado, tomado como materialidade, o significante submetido à linearidade permite o entendimento de uma escrita dotada de caráter representacional. É apenas em relação ao caráter material que a escrita é posta em relação com a fala. Esta, por sua vez, é passível de duas interpretações.

Pode-se, portanto, entender a fala como um ato fonatório, e sonoro, tendo como conseqüência a exclusão da escrita; e/ou como uso da língua, permitindo a inclusão da mesma.

Como vimos, o percurso da pesquisa saussuriana, aqui esboçado em traços gerais e direcionado para a presença da escrita na ciência lingüística, permite vislumbrar o caráter binário de tal reflexão, como escreveu Saussure: *numero deus pari gaudet*. Talvez seja possível situar aí, no lugar em que duas hipóteses se apartam, a opção por abordar o discernível, restituindo aos domínios da língua o que escapa dela mesma em direção ao real.

A tentativa de regularização excluiu a escrita que tem a ver com a enunciação, no entanto, “outra” escrita se mantém e retorna por vias diversas, com variados nomes. Aquela que diz do não-um retorna como literatura, como poesia; a que diz do regular permanece no quadro da lingüística e tem seu lugar nas teorias destinadas ao ensino e à aquisição da escrita.

A bem da verdade, a escrita como representação permaneceu em condição assessoria, a tinta que substitui o ar, emprestando para a lingüística uma noção cara ao seu caráter de cientificidade, quer dizer, a presença utilitária da escrita da ciência. Soma-se a esse fator sua filiação ao saber positivo. Mas mesmo assim, a escrita não deixou de ser a materialidade e de marcar uma exterioridade mal vista por remeter à substância própria da fala e do sujeito. Eis aqui a presença de outro excluído. E é pela mão desse sujeito que também a escrita será alijada.

Mas o mesmo fluxo que carrega para longe retorna trazendo à tona o que tentou abafar. A impossibilidade reside em elidir o que existiu, pela necessidade de retornar incansavelmente para o lugar de onde foi banido. O eterno retorno. Assim, a escrita retorna do não-todo, mas não caminha sozinha. Novamente sua condição será o sujeito.

Por fim, para encerrar, é preciso trazer Saussure em uma citação sem data e bruscamente interrompida:

[...] absolutamente incompreensível se eu não fosse obrigado a confessar-lhe que tenho um horror doentio pela pena, e que esta redação me causa um suplício inimaginável [...]³⁹

(SAUSSURE *apud* STAROBINSKI, 1974, p.11)

O horror de Saussure pela escrita não pode ser tomado como uma simples aversão a um ato de reprodução gráfica. Essa afirmação traz a presença virtual de uma escrita desvinculada da idéia de representação, de imagem da fala. Se assim não fosse, qual a razão de tamanha tortura ao escrever? A angústia de Saussure adianta a resposta: o sentido não está nem antes nem depois da marca no papel, constitui-se no momento mesmo da escrita. Como bem disse Arrivé (1999, p.197), *a escrita não designa: ela faz, ela é.*

ENDRUWEIT, M. L. THE THEORY OF VALUE AND WRITTEN LANGUAGE.

Abstract: *The aim of this article is to discuss the exclusion of written language from linguistics reflections and the possibility of its rehabilitation by detaching it from the idea of representation, considering it as a system. Such viewpoint approximates written language to the theory of value elaborated by Saussure. It means, above all, to consider written language beyond its representational character, trying to understand the reasons for such exclusion. In order to do that, the relation between this exclusion and the foundation of linguistics by Ferdinand de Saussure (1857-1913) will be checked. The book Cours de Linguistique Générale (1916) will be the centre of this investigation since it is the milestone in linguistics science as well as it indicates the possibility of written language rehabilitation. The probability that written language might have remained in a latent form in the basis of linguistics suggests that one should verify how and where it remained.*

Keywords: *Saussure; linguistics; theory of value; written language*

Referências Bibliográficas

ARRIVÉ, Michel. *Linguagem e psicanálise, lingüística e inconsciente*: Freud, Saussure, Pichon, Lacan. RJ: Jorge Zahar, 1999.

³⁹ Segundo Starobinski: *numa folha rasgada, não datada, encontra-se esta nota de Ferdinand de Saussure.*

- AUROUX, Sylvain. *A filosofia da linguagem*. São Paulo: Unicamp, 1998.
- BERLIN, Isaiah. *A força das idéias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BOUQUET, Simon. *Introdução à Leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 2000.
- CAMARA JUNIOR, J. Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CHAUÍ, Marilena (consultoria). Rousseau, vida e obra. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques . *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1997.
- CHEMAMA, Roland (org.). *Dicionário de Psicanálise – Larousse*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- CRYSTAL, David. *Dicionário de lingüística e fonética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. *De que amanhã...* Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- DUFOUR, Dany-Robert. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.
- ENDRUWEIT, Magali Lopes. A Teoria da Enunciação e a escrita. *Letras de Hoje*, Porto Alegre: Edipucrs, n. 138, v.39, 2004.
- _____. *A escrita enunciativa e os rastros da singularidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso) Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- _____. A escrita em Saussure. *ReVEL – Revista Virtual de Estudos da Linguagem* (ISSN 1678-8931), novembro de 2008 (publicação on-line)
- FLORES, Valdir. *Lingüística e Psicanálise: princípios de uma Semântica da Enunciação*. Porto Alegre: Edipuc, 1999.
- _____. Ler Saussure hoje. O curso e os anagramas. *Nonada, Letras em Revista*, Ritter dos Reis, Porto Alegre, n. 6, 2003.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *La lengua de nunca acabar*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

JAKOBSON, Roman. *El hombre*. Buenos Aires: Manantial, 1986.

LEMOS, Claudia de. Da morte de Saussure o que se comemora? *Revista Psicanálise e Universidade*, São Paulo, n. 3, 1995.

LEMOS, Claudia de. A poética e o significante. *Revista Traço 2*. Maceió, 1998.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LÉVY, P. *O que é virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996.

LOPES, Edward. *A palavra e os dias: ensaios sobre a Teoria e a Prática da Literatura*. São Paulo: Unicamp, 1993.

_____. *A Identidade e a Diferença*. São Paulo: Edusp, 1997.

MAURO, Tullio de. *Cours de Linguistique Générale* – Ferdinand de Saussure. Paris: Payot, 1976.

MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

NORMAND, Claudine. *Saussure*. Paris: Les Belles Lettres, 2000.

PAVEL, Thomas. *A Miragem Lingüística: ensaio sobre a modernização intelectual*. São Paulo: Pontes, 1990.

PLATÃO. *Fedro ou da beleza*. Lisboa: Guimarães editores, 1994.

REY-DEBOVE, Josette. À procura da distinção oral/escrito. In: CATCH, Nina (Org.) *Para uma teoria da língua escrita*. São Paulo: Ática, 1996.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Apresentação de Bento Prado Jr. São Paulo: Unicamp, 2003.

RUSSELL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*. São Paulo: Ed. Nacional, 1968. Livro quarto.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1991.

_____. *Escritos de Lingüística Geral*. Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler com a colaboração de Antoinette Weil. São Paulo: Cultrix, 2004.

SILVEIRA, Eliane. *As marcas do movimento de Saussure na fundação da Lingüística*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

STAROBINSKI, Jean. *As palavras sob as palavras: os anagramas de Ferdinand de Saussure*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

Bibliografia

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Éditions Gallimard, 1966.

_____. *Da subjetividade na linguagem*. In: *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Pontes, 1991.

_____. *Problemas de Lingüística Geral II*. São Paulo: Pontes, 1989.

DOSSE, François. *História do estruturalismo*. São Paulo: Ensaio, 1993. vol. I.

DUBOIS, Jean. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

MILNER, Jean-Claude. *Ordre et raisons de langue*. Paris: Seuil, 1982.

_____. *A obra clara*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

_____. *Introducción a una ciencia del lenguaje*. Buenos Aires: Manantial, 2000.

NORMAND, Claudine. *La quadrature du sens*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

_____. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S. L. et al. *O falar da linguagem*. São Paulo: Lovise, 1996.